

VOTO

#153

EXPO 2020 DUBAI

PAVILHÃO DO BRASIL ESTIMA 2,5 MILHÕES DE VISITANTES
E MAIS DE US\$ 10 BILHÕES EM INVESTIMENTOS PARA O PAÍS

ENTREVISTA COM PAULO KRAMER

“A maioria dos incômodos que Bolsonaro provoca está mais ligada ao seu ‘estilo’ abrasivo e destemperado”, avalia o cientista político

MULHERES DE PODER

Conheça a história de Gabriela Manssur, a promotora que atua na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência doméstica



Acesse contrabandonao.com.br e saiba como mudar essa história.

*Fonte FNCP. O valor é a soma das perdas registradas por 15 setores industriais e estimativa dos impostos que deixaram de ser arrecadados. Para mais informações: www.fncp.org.br

SÓ EM 2020,
O BRASIL
PERDEU PARA
O MERCADO **ILEGAL**
R\$ 280 BILHÕES*.

**O CONTRABANDO
ROUBA O FUTURO
DOS BRASILEIROS.**

#CONTRABANDONAO



 [ContrabandoRoubaBR](#)

 [ContrabandoRoubaBR](#)

 [ContrabandoRoubaBR](#)



Fórum Nacional
Contra a Pirataria
e a Ilegalidade

VOTO

DIRETORA-EXECUTIVA
Karim Miskulin
karim@revistavoto.com

DIRETORA ADMINISTRATIVA E NOVOS NEGÓCIOS
Laura Regenin
eventos@revistavoto.com

COORDENAÇÃO EDITORIAL



www.inpacto.co

REDAÇÃO
Edifício OAB
SAS Quadra 5 Bloco N salas 901-921
CEP 70070-913
Brasília/DF
Tel.: (61) 2107-9300

PUBLICAÇÕES

EDITOR-CHEFE
Klécio Santos

DIRETORA DE CONTEÚDO
Danielle Zanchetta

EDITORA
Claudia Buono

REVISÃO
Cristiane Pinto

DIRETORA DE ARTE
Chica Magalhães

PROJETO GRÁFICO
in.Pacto Comunicação Corporativa e Digital

REPÓRTERES DESTA EDIÇÃO
Diego Queijo, Elendrea Cavalcante, Ju Nakad
Stereber, Maria Clara Cabral, Nicole
Angel, Patrícia Lima e Raiane Gonoli

FOTO CAPA
Marcelo Camargo/Agência Brasil

FOTOGRAFIA
AB&DF/Divulgação, Arthur Max, Carolina
Antunes, Gustavo Roth, Jefferson Bernardes,
Jorgito Santos/Prefeitura de Rio Grande,
Marcelo Camargo/Agência Brasil, Nathalie
Brasil/Prefeitura de Manaus, Rafael Sérgio,
Rodrigo Garcia, Steve Fecht/GM

COLUNISTAS
Alexandre Kruehl Jobim, Antônio Augusto Mayer dos
Santos, Bruno Musa, Eduardo Bolsonaro, Karene
Vilela, Mateus Bandeira e Marco Antônio Campos

As opiniões expressas nos artigos assinados
são de responsabilidade de seus autores.
Todos os direitos reservados.

PERIODICIDADE
Bimestral

IMPRESSÃO
Gráfica Coronário
SIG Quadra 6 lote 2340/70
Tel.: (61) 3038-1012



Pavilhão do Brasil estima 2,5
milhões de visitantes e mais de US\$
10 bilhões em investimentos

ASSINATURAS
secretaria@revistavoto.com

site www.revistavoto.com.br | twitter @revistavoto
facebook /revistavoto | instagram @revista_voto

São Paulo/SP
Rua Professor Atílio Innocenti, 474,
conjuntos comerciais nº 509/510
Edifício Lead Offices
Faria Lima - Itaim - CEP: 04538-001
Fone: (11) 3846-7222

Porto Alegre/RS
Av. Carlos Gomes, 1.155/902
CEP: 90480-004
Fone: (51) 3028-8286

Brasil mostra inovação e tecnologia à comunidade internacional

O Brasil participa, até 31 de março de 2022, da Expo 2020 Dubai, considerado o maior evento global de posicionamento dos países diante da comunidade internacional. Uma oportunidade única para mostrar o que cada nação tem a oferecer. O Brasil levou para Dubai o que tem de inovador nas áreas da cultura, tecnologia, gastronomia e recursos naturais. E a Revista VOTO não poderia ficar de fora dessa cobertura incrível.

Os números da Expo 2020 Dubai impressionam. São 191 instalações em pavilhões distribuídos por uma área de 4.000 m², localizada entre Dubai e Abu Dhabi. O parque estima receber 25 milhões de visitas, e a expectativa é gerar US\$ 500 milhões em negócios com exportações, US\$ 10 bilhões em investimentos e mais de 20 mil novos empregos aqui.

O Brasil é considerado um dos grandes parceiros comerciais de diversos países na região do Golfo. Entre os meses de janeiro e junho deste ano, nosso país alcançou um superávit de US\$ 512,2 milhões no comércio com os Emirados Árabes

Unidos (EAU). A Expo 2020 Dubai é uma vitrine para mostrarmos todo o nosso potencial de exportação e firmarmos novos negócios, não só com Arábia Saudita e EAU, mas com países da Europa, África e Ásia.

O Pavilhão do Brasil foi organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Uma curiosidade é a sua concepção, com soluções sustentáveis e avanços tecnológicos. Ele foi projetado pelos escritórios de arquitetura José Paulo Gouvêa (JPG.ARQ), Marta Moreira e Milton Braga (MMBB) e Martin Benavidez (Ben-Avid), e o mobiliário é do renomado arquiteto modernista Paulo Mendes da Rocha (que, infelizmente, faleceu este ano) em parceria com a fábrica de móveis OVOO.

A participação do Brasil mostra o quanto nosso país é estratégico para diversos setores da economia mundial, além de provar que somos fortes e conseguimos seguir e crescer, crise após crise. Que a Expo 2020 Dubai abra novas oportunidades de negócios para alavancar ainda mais a economia nacional.

Boa leitura!



Foto: Divulgação

“

O Brasil levou para Dubai o que tem de inovador nas áreas da cultura, tecnologia, gastronomia e recursos naturais.

KARIM MISKULIN

Diretora-executiva da VOTO

VOTO

POLÍTICA, CULTURA E NEGÓCIOS

#153



8

ENTREVISTA ESPECIAL

PAULO KRAMER



14

EXPO 2020 DUBAI

UM BRASIL NO MEIO DO DESERTO



34

SUSTENTABILIDADE

OS DESAFIOS AMBIENTAIS DA CAPITAL DA FLORESTA AMAZÔNICA



42

INOVAÇÃO

O FUTURO DO CARRO ELÉTRICO



45

TENDÊNCIAS
CONDOMÍNIOS
FLY-IN E AEROPARK



48

RIO GRANDE
ESPERANÇA DE
FRENTE PARA O MAR



52

**LICITAÇÕES DE
PUBLICIDADE**
O CAMINHO DENTRO DA
ESFERA PÚBLICA



54

ROUND TABLE
GRUPO VOTO REÚNE
EMRESÁRIOS E POLÍTICOS



60

MULHERES DE PODER
FORÇA FEMININA PARA
COMBATER A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER



64

LIFESTYLE
A CASA ENCANTADA

12

EDUARDO BOLSONARO
“VERÁS QUE UM FILHO TEU
NÃO FOGE À LUTA”

27

**ANTÔNIO AUGUSTO
DOS SANTOS**
REGRAS ELEITORAIS
PARA 2022

30

**ALEXANDRE
KRUEL JOBIM**
OS PRECATÓRIOS, O CALOTE
E A INSEGURANÇA JURÍDICA

32

BRUNO MUSA
O QUE INFLUENCIA AS
DECISÕES ECONÔMICAS?

38

MATEUS BANDEIRA
A TEIMOSIA DOS FATOS

62

KARENE VILELA
UM BRINDE AO PLANETA!

66

**MARCO ANTÔNIO
BEZERRA CAMPOS**
QUANTO VALE A VIDA
HUMANA

Foto: Design&Co



Revista VOTO
entrevista
Paulo Kramer

O mundo assistiu à retirada das tropas americanas do Afeganistão, deixando o país fragilizado e nas mãos do grupo extremista Talibã. A decisão tomada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, foi criticada por políticos e jornalistas. Para aprofundar o assunto, a Revista VOTO entrevista o cientista político Paulo Kramer, que também fala de outros temas relevantes da política internacional.

Revista VOTO: A aprovação de Biden despencou após a ação no Afeganistão. Segundo dados de pesquisa realizada em setembro pela rede de televisão ABC News, 60% discordam da forma como as tropas e os aliados foram evacuados. Como fica a imagem de Biden e sua administração diante de uma reprovação tão alta?

Paulo Kramer: De Tocqueville a Kissinger, grandes pensadores e estadistas modernos têm alertado para a dificuldade encontrada pelas democracias na formulação e, principalmente, na execução de uma política externa racional, coerente, enfim, benéfica aos interesses nacionais de longo prazo. As massas, em geral, são emocionais, desinformadas, e os políticos dependem delas para sobreviver eleitoralmente. Junte-se a isso a tendência “inercial” das decisões burocráticas – civis e militares – na política nacional e internacional dos países, principalmente das maiores potências.

Há 20 anos, o então presidente George W. Bush estava certo quando decretou a intervenção armada em larga escala para destruir os santuários da Al-Qaeda, de Osama bin Laden, em represália aos ataques terroristas de 11 de setembro. A justificativa para a posterior intervenção no Iraque também seguiu esse argumento, mas já comprometida pela insuficiência ou inexistência de informações comprobatórias sobre a posse de armas de destruição em massa pelo regime ditatorial de Saddam Hussein. De lá para cá, a presença militar dos Estados Unidos, liderando uma coalizão de países aliados seus, foi aumentando e prolongando, na expectativa – completamente equivocada – de uma transformação radical das bases culturais, políticas e sociais dos regimes que haviam sido derrubados naqueles dois países. Rarissimamente a democracia liberal pode ser “exportada”. Exceções extremamente bem-sucedidas, como a Alemanha Ocidental e do Japão no pós-guerra, só servem para confirmar essa regra negativa.

Essa inércia burocrática foi assumida e aprofundada pelo governo do democrata Barack Obama, por maiores que fossem suas divergências com o antecessor republicano (Bush) em todas as outras áreas. Donald Trump, com sua mensa-

“

Embora Biden faça questão de se diferenciar da herança externa de Trump, de certa forma ele compartilha o manual do America First.

gem neoisolacionista (“America First”, os Estados Unidos em primeiro lugar), captou o cansaço do povo com aquela que foi a mais longa intervenção militar externa do país. Fiel ao seu descaso para com os compromissos e as alianças externas dos Estados Unidos, Trump negociou uma retirada às pressas com os islamofascistas do Talibã; Joe Biden, seu sucessor, aderiu à manobra, e ambos pegaram de surpresa os outros membros da coalizão. Isso sem falar dos inúmeros afegãos, que haviam colaborado na intervenção, e foram deixados para trás nessa debandada, com tremendos riscos para a segurança deles e dos seus familiares. O fiasco subsequente dessa retirada, televisionado para o mundo inteiro, acabou derrubando a popularidade de Biden. De qualquer modo, nesta era de ferozes polarizações, a retirada caótica marca uma rara convergência entre democratas e republicanos, sócios no mesmo fracasso.

Revista VOTO: O governo de Biden quer esquecer o Talibã, mas o que ainda se pode esperar dos ultrafundamentalistas que acabaram de retornar ao poder?

Paulo Kramer: Sou pessimista, apesar da recente ofensiva de relações públicas do Talibã, querendo provar ao mundo que agora é um regime “normal”, ainda que autoritário. Não creio nisso, até porque a competição com outros grupos radicais, como o Estado Islâmico, a meu ver, aumenta a propensão a ataques terroristas espetaculosos contra alvos “infiéis” no Ocidente. Isso para não falar do retrocesso para os direitos civis das mulheres, um dos poucos avanços significativos verificados durante os 20 anos de intervenção.

Revista VOTO: Biden fez um discurso antiguerra na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), realizada em setembro, e afirmou que seu governo se pautará pela diplomacia. Os EUA conseguirão voltar a assumir uma posição de ator global nas relações com outros países?

Paulo Kramer: Ator “global”, sem dúvida, porém cada vez menos hegemônico, em razão de um conjunto de fatores, entre eles as gigantescas necessidades de reconstrução pós-pandemia, as rivalidades com uma China cada vez mais poderosa e agressiva, e os desentendimentos com aliados, como ficou claro no recente incidente da desistência da Austrália de um contrato para importar submarinos diesel-elétricos franceses em troca da promessa anglo-americana de transferir aos australianos submarinos de propulsão nuclear. Embora Biden faça questão de se diferenciar da herança externa de Trump, de certa forma ele compartilha o manual do America First, com prioridades domésticas e a continuação da competição com os chineses.

Revista VOTO: O discurso do presidente Jair Bolsonaro também foi destaque na ONU, mas ele recebeu fortes críticas e foi considerado pela imprensa internacional “controverso” e “provocador”. Como você definiria a fala de Bolsonaro?

Paulo Kramer: Penso que a maioria dos incômodos que Bolsonaro provoca entre os formadores de opinião, aqui e lá fora, está mais ligada ao seu “estilo” abrasivo e destemperado do que propriamente à substância de muitos dos seus posicionamentos. Por exemplo, neste ano, na ONU, o presidente brasileiro relatou, com exemplos concretos, o empenho do seu governo na proteção do meio ambiente, uma das maiores “cobranças” do mundo desenvolvido em relação ao Brasil.

Revista VOTO: A esquerda, que era forte na Argentina, começou a perder espaço. O atual presidente, Alberto Fernández, e sua vice, Cristina Kirchner, sofreram uma derrota nas últimas eleições primárias para o legislativo, ficando com 18 dos 24 distritos. Você acredita que este resultado é consequência da crise econômica e dos altos níveis de inflação, além da gestão no combate à pandemia?

Paulo Kramer: A volta da esquerda peronista ao poder foi uma tragédia anunciada. A pandemia apenas acelerou a debacle socioeconômica, cujas raízes mais profundas e permanentes são o populismo demagógico e o patrimonialismo cleptocrático que transformaram a Argentina, outrora uma potência econômica mundial, em um país empobrecido e sem esperança.

Revista VOTO: Após a perda de distritos, Fernández ainda teve que administrar o pedido de demissão de cinco ministros. A manobra é uma forma de se pressionar o presidente argentino a dar mais ênfase às pautas do kirchnerismo?





A volta da esquerda peronista ao poder foi uma tragédia anunciada. A pandemia apenas acelerou a debacle socioeconômica.

Paulo Kramer: De fato, o enfraquecimento do presidente Fernández reaviva as expectativas de poder da ala política da ex-presidente, atual vice, Cristina Kirchner; não podemos esquecer, porém, que o avanço da oposição no Senado argentino, presidido pela vice-presidente, também trará desafios sérios para ela.

Revista VOTO: É possível que a Argentina se transforme numa Venezuela?

Paulo Kramer: Espero que não, e a manutenção das regras do jogo democrático ajuda a afastar esse que seria o pior dos desfechos. Contudo, sejam quais forem os vencedores das próximas eleições argentinas, a tarefa de limpar a lambança do peronismo faz prever um baita desafio à governabilidade, já que as medidas necessárias serão dolorosamente impopulares.

Revista VOTO: Na sua avaliação, a esquerda retomou sua influência na América Latina? Além da Argentina e Peru terem eleito presidentes de esquerda, as pesquisas no Brasil indicam Lula na frente para as eleições de 2022. Em compensação, os governos de esquerda têm fracassado em todos os aspectos. Até que ponto o insucesso argentino pode influenciar nas futuras eleições, inclusive no Brasil?

Paulo Kramer: Acho que precisamos ser cautelosos com essas correlações mecânicas. Na conjuntura atual, o que dá para a gente afirmar com relativa segurança é que a pandemia dá vantagem às candidaturas e bandeiras da oposição. Nos Estados Unidos, por exemplo, creio que a derrota do Trump teria sido quase impensável sem o estrago econômico acarretado pela Covid-19. E, mesmo assim, o ex-presidente teve 74,3 milhões de votos.

Revista VOTO: Não poderíamos deixar de comentar a aposentadoria de Angela Merkel. Eleita por dez vezes seguidas a mulher mais poderosa do mundo, Merkel deixa o governo da Alemanha após quase 16 anos. Como será a Alemanha sem Merkel?

Paulo Kramer: O pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado não apenas pelo sucesso da chamada “economia social de mercado” alemã, mas também pela consolidação de uma democracia representativa estável. Os políticos e o povo alemães aprenderam a terrível lição legada pelo sistema eleitoral da República de Weimar: a representação proporcional tinha fragmentado o sistema partidário e dificultado a formação de maiorias estáveis para governar, ensejando a ascensão de Hitler, cujo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (nazista) jamais teve maioria absoluta nas eleições de que participou, apenas maiorias relativas. Depois da derrota, com a introdução do chamado voto distrital “misto” (cláusula de barreira de 5%), a estabilidade política conquistada pela República Federal da Alemanha passou a se refletir nos longos ciclos de governo dos dois principais partidos no poder: Democratas Cristãos (1949/1969, 1982/1998 e 2005/2021) e Social-Democratas (1969/1982, 1998/2005), sendo que, em diferentes momentos, os dois grandes se uniram em grandes coalizões.

Nesse sistema de pluripartidarismo moderado, graças à já referida cláusula de barreira, partidos menores, como os Liberal-Democratas e os Verdes, atuam como fiéis da balança ora apoiando governos do CDU/CSU, ora apoiando governos do SPD. Neste momento, o social-democrata Olaf Scholz, que já recebeu as congratulações de Angela Merkel pela vitória, articula uma coalizão de sinal de trânsito: vermelho (social-democrata), amarelo (liberal-democrata) e verde. Tudo tão civilizado que quase nos mata de inveja neste contidamente esquecido pela História.

Paulo Kramer é cientista político, com doutorado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), e professor licenciado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB)

Foto: Arthur Max



“

O último dia 7 de setembro recebeu milhões de cidadãos nas ruas de todo o Brasil, mostrando seu apoio a Bolsonaro na maior manifestação a favor de uma figura política já registrada em nosso país.

“Verás que um filho teu não foge à luta”

7

de setembro de 1822, Dom Pedro I declarava a Independência do Brasil. Já em 2021, vimos o povo expressando a mesma busca por liberdade, tendo na figura do presidente Bolsonaro o único capaz de liderar a nação para um futuro livre.

A cultura do brasileiro, em geral, não é de ir às ruas por motivos políticos. Por muito tempo vivemos naufragados em novela e futebol, enquanto o país era destruído pela esquerda. Isso começou a mudar em 2013, com manifestações iniciadas pelo preço das passagens de ônibus, mas que resultaram em algo maior, com os brasileiros finalmente percebendo que cobrar políticos publicamente é algo útil. A esquerda aprendeu que infiltrando black blocs esses protestos acabavam sendo esvaziados.

Desde então, quebrada a hegemonia da esquerda sobre as ruas, o povo tomou gosto, e tivemos a derrubada da ex-presidente petista Dilma Rousseff, com milhões nas ruas e sem quebrar uma janela sequer. Também testemunhamos a

eleição de Bolsonaro, contradizendo institutos de pesquisa e especialistas da imprensa, e superando até a facada de um ex-membro do PSOL.

E, como o leitor bem deve saber, a luta de Bolsonaro para livrar o Brasil do ciclo de corrupção e destruição de valores não é fácil. Boicotado diversas vezes, o presidente tem lidado com incontáveis tentativas de golpes vindos do sistema vigente. Desde proibição de nomeações a narrativas mentirosas que o acusam de disseminar “fake news”.

O último dia 7 de setembro recebeu milhões de cidadãos nas ruas de todo o Brasil, mostrando seu apoio a Bolsonaro na maior manifestação a favor de uma figura política já registrada em nosso país.

Estas se transformam ao sabor do momento, variando de “denúncias” de “atos antidemocráticos” inexistentes a mentiras sobre “milícias digitais” e muitas outras, refletidas em inquéritos ilegais abertos por ministros do STF que são acusadores e juízes ao mesmo tempo, num claro atropelo perpetrado por aqueles que deveriam, justamente, ser os guardiões da constituição. Disto, vieram prisões



ilegais até de deputado, sob a inovadora figura do “mandado de prisão em flagrante”, uma chacota na boca dos operadores do direito.

Assim, o povo brasileiro resolveu novamente assumir o protagonismo e, numa demonstração histórica, o último dia 7 de setembro recebeu milhões de cidadãos nas ruas de todo o Brasil, mostrando seu apoio a Bolsonaro na maior manifestação a favor de uma figura política já registrada em nosso país. E, como de costume, tudo bancado pelo esforço espontâneo e voluntário dos próprios apoiadores, sem dinheiro público ou mega financiadores.

Porém, no dia 12, todo o resto da classe política tentou levar o povo às ruas para derrubar Bolsonaro. Em atos convocados pelo supostamente de direita MBL, vimos petistas, psolistas, membros do PCdoB, PSB, PCB, Força Sindical e movimento LGBT, acompanhados dos presidenciáveis do PSDB (João Agripino Doria), PDT (Ciro Gomes), NOVO (Amedo) e DEM (Mandetta), entre outros. Enquanto a prostituição de cores políticas era gigante, a do povo nem tanto. Com a própria mídia se vendo obrigada

a admitir que as manifestações contra o presidente foram um fracasso, a chamada terceira via se vê no mesmo corner que a esquerda: louvada pela imprensa, mas rejeitada pela população.

Afastando qualquer narrativa de golpe, Jair Bolsonaro foi além e se comprometeu em carta pública a continuar seguindo as regras da constituição, como fez em todo o período de sua presidência. Ao passo que o STF revogou alguns mandados de prisão como o dos jornalistas Oswaldo Eustáquio, Wellington Macedo e do caminhoneiro Zé Trovão.

Assim, setembro se mostra mais uma vez como um mês no qual é reafirmada a vontade do povo de ser independente. No entanto, a guerra está longe de terminar, e reafirma-se também a frase atribuída a Thomas Jefferson: “o preço da liberdade é a eterna vigilância”.

EDUARDO BOLSONARO

Deputado federal por São Paulo



Um Brasil no meio do deserto

PAVILHÃO DO BRASIL NA EXPO 2020 DUBAI APRESENTA POTENCIALIDADES DO PAÍS E ATRAI NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS





Elias Martins, gerente de relações institucionais e governamentais da Apex-Brasil, recebe o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e o ministro do Turismo, Gilson Machado Neto, na abertura do Pavilhão do Brasil, na Expo 2020 Dubai

POR PATRÍCIA LIMA

O frescor da Amazônia no meio do deserto. A riqueza e a biodiversidade da floresta em harmonia com a aridez do clima do Oriente Médio.

As oportunidades do centro do mundo ecoando nos cantos mais remotos do nosso país. Assim é o universo do Pavilhão do Brasil na Expo 2020 Dubai, a exposição universal que reúne nações para trocar experiências, projetar o futuro e, principalmente, fazer negócios. Pela primeira vez realizada nos Emirados Árabes, a Expo aposta na tecnologia para sustentar seus três pilares: mobilidade, oportunidade e sustentabilidade – eixo no qual o Brasil, por sua característica, se insere.

Principal organizadora do Pavilhão do Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) projetou o espaço como vitrine para mostrar o potencial brasileiro e a força produtiva dos vários setores da economia. Com o aumento do interesse dos investidores internacionais, o objetivo final é a ampliação e a qualificação das exportações.

Durante os seis meses de duração da Expo – que foi aberta em 1º de outubro deste ano e vai até 31 de março de 2022 –, cerca de 25 milhões de visitas são esperadas nos pavilhões de 191 países, que ocupam uma área de cerca de 4 mil metros quadrados. Somente no espaço brasileiro a expectativa é de 2,5 milhões de visitantes. “Eventos como a Expo Dubai proporcionam, acima de tudo, uma oportunidade de posicionamento do país perante a comunidade internacional, o que pode trazer ganho intangível de imagem e reputação. A consequência a curto e médio prazos é o fortalecimento da confiança dos investidores e compradores dos produtos e serviços brasileiros e, portanto, benefícios para a economia”, comenta o gerente de relações institucionais e governamentais da Apex, Elias Rodrigues Martins Filho.

A abertura do pavilhão brasileiro também ocorreu em 1º de outubro, com a fita sendo cortada pelo vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão. Durante a solenidade, Mourão ressaltou a importância da participação do país em um evento dessas dimensões, especialmente para a construção de uma imagem positiva, que



atraia investimentos e negócios. “O Brasil é um país que produz energia limpa, que tem mais de 60% do território coberto por vegetação original, que tem combustíveis limpos. É essa a imagem que queremos deixar aqui, quando o mundo se volta para essas questões”, afirmou. A abertura oficial da Expo 2020 Dubai se deu com uma festa grandiosa, que teve efeitos visuais tecnológicos, fogos e show do tenor italiano Andrea Bocelli.

Com essa participação na Expo 2020, o Brasil pretende fortalecer seu protagonismo no debate global sobre sustentabilidade e meios renováveis de produção. Por isso, um dos focos do pavilhão brasileiro será justamente mostrar a liderança do país em iniciativas de conservação do meio ambiente e, principalmente, de uma economia capaz de incorporar e executar esses conceitos. “Será a demonstração de que o Brasil entra nos grandes debates do desenvolvimento sustentável como um fornecedor de soluções. Investimos em energias renováveis e em novas tecnologias, valorizamos a nossa diversidade natural, cultural e étnica”, completa Martins Filho.

BRISA AMAZÔNICA NO CALOR DE DUBAI

Com temperaturas que facilmente passam dos 40 graus à sombra, mesmo toda a tecnologia envolvida na construção da Expo 2020 não é páreo para o calor escaldante do deserto. O alívio chega quando os visitantes se aproximam do grande cubo branco em meio aos pavilhões da área de sustentabilidade. Ao entrar no espaço do Brasil, um grande espelho de água fresca atrai adultos e crianças que cedem aos encantos do lago. Desde a abertura oficial da Expo Dubai, o encontro das águas dos rios Negro e Solimões, simbolizado pelo espelho d’água na entrada do pavilhão, não fica vazio. A festa refrescante de gente de todas as partes do mundo é o resumo do ideal do Brasil nesta exposição: mostrar à comunidade internacional que a resposta para o futuro está na convivência sustentável do homem com a natureza.

Quando a noite cai e alivia ao menos um pouco do abafamento, o grande cubo branco se transforma no próprio Brasil: projeções nas telas translúcidas do revestimento do pavilhão mostram imagens



Pavilhão do Brasil localizado na área da sustentabilidade da Expo 2020 Dubai

de várias regiões do país, especialmente da Amazônia, que é o tema principal. O visitante se sente envolvido pela brisa úmida da mata, encantado pela riqueza da flora e da fauna que caracterizam a maior floresta tropical do mundo. Depois de viver essas experiências visuais e sensoriais, ainda é possível provar uma pitada da cultura gastronômica do Brasil em um dos espaços que oferecem iguarias típicas, como o pão de queijo e o cafezinho.

Selecionado em um concurso nacional de arquitetura organizado pela Apex-Brasil em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o pavilhão é inspirado no Rio Negro, o maior afluente esquerdo do Rio Amazonas. Com dois andares, o prédio está apoiado sobre pilotis e banhado pelo refrescante espelho d'água que ocupa boa parte dos quase 3,8 mil metros quadrados do terreno. Em volta, a grande estrutura metálica com quatro faces é recoberta pela membrana translúcida que permite a projeção de imagens feita por 125 mega

projetores. Nas telas, além das florestas e biomas brasileiros, também estão nossos patrimônios históricos e culturais, as festas populares, as principais cidades e as fontes de energia renováveis.

Os 2,5 milhões de visitantes que passarão pelo local experimentarão mais do que água, imagens e sabores. Com objetivo de promover o turismo, a inovação e a sustentabilidade, além de diversificar mercados, apoiar a educação internacional e ainda atrair investimentos estrangeiros, o Pavilhão do Brasil terá estrutura voltada à recepção e prospecção. A expectativa é que o evento traga mais de US\$ 10 bilhões em investimentos para o Brasil, a serem concretizados até o final de 2022, o que corresponde à criação de mais de 20 mil postos de trabalho. “Durante a Expo Dubai serão realizadas simultaneamente mais de 50 feiras de investimentos. Estimamos que, nesses eventos, os exportadores brasileiros poderão firmar contratos de US\$ 500 milhões, que resultam na manutenção



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

de quase 100 mil empregos no Brasil”, projeta o gerente de relações institucionais e governamentais da Apex, Elias Rodrigues Martins Filho.

O QUE É UMA EXPO?

Muito mais do que uma simples feira na qual os países exibem seus estandes, as exposições universais como a Expo Dubai, que acontecem a cada cinco anos, têm um significado global. A Torre Eiffel, por exemplo, foi inaugurada na Expo de Paris em 1889; o telefone foi apresentado durante a Expo da Filadélfia em 1876. Em 1922, o Brasil sediou uma Expo, com pavilhões montados no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. A primeira Expo ocorreu em Londres em 1851 – há exatos 150 anos. O mundo vivia o deslumbramento da Revolução Industrial que floresceu justamente na Inglaterra,

Raio-X da Expo Dubai

- **Tema central:** Conectando Mentas, Criando o Futuro.
- **Subtemas:** Sustentabilidade, Oportunidade e Mobilidade.
- Parque de exposições dividido em três “distritos” que explorarão cada um dos três subtemas, ocupando uma área de 4.380 m², localizados entre Dubai e Abu Dhabi.
- **Período:** 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022 (182 dias).
- **Expo 2020 em números:** US\$ 15 bilhões de investimentos governamentais e privados, sendo US\$ 8,1 bilhões só do governo dos Emirados Árabes Unidos em projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Hotéis, estradas e extensões de conexões de metrô estão no centro dos investimentos.
- 53 feiras internacionais serão realizadas, cerca de duas por semana. Em várias delas, a Apex-Brasil será responsável pela presença brasileira.

Por dentro do Pavilhão do Brasil

- Expectativa de gerar mais de meio bilhão de dólares em negócios para diversos setores da economia.
- 150 oportunidades de investimento apresentadas ao mercado.
- 20 mil empresas cadastradas na Plataforma de B2B.
- 4 eventos de atração de investimentos de grande porte.
- 20 reuniões bilaterais com missões de países participantes.
- Expectativa de receber 2,5 milhões de visitantes.
- Foram investidos aproximadamente US\$ 25 milhões na projeção e construção do Pavilhão do Brasil.
- O pavilhão está localizado na área da sustentabilidade, um dos três eixos da Expo 2020, justamente para fortalecer a imagem de um país que investe na conservação dos seus recursos naturais e na proteção da sua diversidade biológica e étnica.

inaugurando novas tecnologias e modificando de forma definitiva a vida das pessoas nos centros urbanos. O imperador Dom Pedro II foi o primeiro representante do Brasil em uma Expo.

Nosso país foi destaque nas duas últimas Expos, realizadas em Xangai e Milão – a participação em ambos os eventos foi organizada pela Apex. Em Xangai, o Pavilhão do Brasil acumulou filas ao longo da exposição e, em Milão, foi o pavilhão nacional mais visitado.

As exposições universais já nasceram itinerantes e tinham periodicidade oscilante. A partir de 2000, passaram a ocorrer a cada cinco anos, concentrando a vitrine das principais inovações mundiais e determinando o posicionamento dos países no mercado global. A Expo Dubai seria realizada no ano passado, mas foi adiada devido à pandemia. As Expo são os maiores eventos do mundo em público, provocando grande impacto social e econômico em suas sedes. O que começou como uma feira para exposição de novas ideias e avanços industriais é hoje um grande fórum interativo para a promoção da imagem dos países participantes, abrindo caminhos para a realização de negócios. As Expos são organizadas pelo Bureau Internacional de Exposições (BIE), órgão internacional e intergovernamental com sede em Paris.

Previsões para exportações brasileiras em 2021

- Projeção de aumento de 28,7% das exportações em relação a 2020, o que é visto como fator de crescimento da economia brasileira.
- As exportações devem atingir US\$ 270,051 bilhões, enquanto em 2020 o montante ficou em US\$ 209,817 bilhões.
- O Brasil deve ter uma elevação de 33,6% no superávit comercial, que passa de US\$ 50,887 bilhões, obtidos em 2020, para mais de US\$ 68,001 bilhões. Trata-se de um recorde, superando o saldo de US\$ 67,001 bilhões obtido em 2017.
- Os dados projetados de exportação e importação para 2021 sinalizam que o Brasil poderá deixar a atual 26ª posição no ranking mundial de exportação e ganhar entre três e cinco posições.
- Situação similar poderá ocorrer com as importações, com o Brasil deixando a atual 29ª posição e ganhando entre três e cinco posições.

Fonte: Apex-Brasil



Entrevista

A **Revista VOTO** entrevistou Elias Rodrigues Martins Filho, gerente de relações institucionais e governamentais da Apex-Brasil, sobre a Expo 2020 Dubai e o importante papel da Agência na qualificação de empresas nacionais e na ampliação das exportações brasileiras.

Revista VOTO – Ampliar o acesso das empresas brasileiras aos mercados internacionais gera emprego e renda, além de qualificar a produção nacional. Qual a importância de eventos como a Expo 2020 Dubai no quadro das exportações brasileiras?

Elias Martins – Eventos como a Expo 2020 proporcionam, acima de tudo, uma oportunidade de posicionamento do país perante a comunidade internacional, o que pode trazer ganho intangível de imagem e reputação. A consequência a curto e médio prazos é o fortalecimento da confiança dos investidores e compradores dos produtos e serviços brasileiros e, portanto, benefícios para a economia. Trata-se de uma grande vitrine mundial onde o Brasil terá a oportunidade de mostrar, aos esperados 25 milhões de visitantes, áreas e questões em que é líder, além de desfazer percepções equivocadas ou distorcidas. Mostraremos a força, a sustentabilidade e a diversidade da nossa economia, a excelência e a competitividade com que produzimos. Será a demonstração de que o país entra nos grandes debates do desenvolvimento sustentável como um fornecedor de soluções. Investimos em energias renováveis e em novas tecnologias, valorizamos a nossa diversidade natural, cultural e étnica.

“

Eventos como a Expo 2020 proporcionam, acima de tudo, uma oportunidade de posicionamento do país perante a comunidade internacional, o que pode trazer ganho intangível de imagem e reputação.

No que diz respeito à dimensão concreta de negócios, ao longo dos seis meses em que ocorrerá a Expo Dubai, haverá quatro grandes eventos de atração de investimento dentro da Expo, em que mais de 150 oportunidades de investimentos e negócios serão apresentadas para diversos setores estratégicos, como infraestrutura, tecnologia, energias renováveis e Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A estimativa é que o evento traga mais de US\$ 10 bilhões em investimentos para o Brasil, que serão concretizados até o final de 2022, e com isso mais de 20 mil postos de empregos serão criados, graças ao trabalho realizado em Dubai. Durante a Expo Dubai, serão realizadas simultaneamente mais de 50 feiras de investimentos. Estimamos que, nesses eventos, os exportadores brasileiros poderão firmar contratos de US\$ 500 milhões, o que corresponde a quase 100 mil empregos. O Brasil e o Oriente Médio já têm uma parceria sólida e histórica. O agronegócio é reconhecido como um setor dinâmico, que contribui fortemente para a segurança alimentar global. A Arábia Saudita é o segundo maior comprador de carne de frango brasileira, atrás apenas da China. A Expo Dubai é uma oportunidade de aprofundar ainda mais seus laços no campo científico, tecnológico e de inovação com esses países, além de outros, visto que Dubai é um hub e a Expo Dubai um momento para que os empresários possam estabelecer essas conexões com outras regiões.

Revista VOTO – Além da Expo 2020 Dubai, a Apex-Brasil apoia e impulsiona a participação de empresas brasileiras em outros eventos internacionais. Qual o papel desses eventos e como eles impactam na realidade das empresas brasileiras?

Elias Martins – A participação em eventos é uma das principais ferramentas para que o Brasil apresente seu potencial produtivo e tecnológico a investidores externos. Os eventos possibilitam a promoção de imagem e a geração de negócios. E é justamente nesse sentido que a Apex-Brasil organiza a participação brasileira em pavilhões de grandes feiras setoriais e multissetoriais, realizadas no exterior. Em 2020, por exemplo, organizamos 71 eventos para investidores, em setores como infraestrutura e energia. O investimento estrangeiro de qualidade deve ser considerado um vetor para o desenvolvimento regional e um instrumento de geração de empregos, incorporação de novas tecnologias e de inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.

Revista VOTO – Quais os maiores desafios enfrentados pelos exportadores brasileiros para conquistar espaço no mercado internacional?

Elias Martins – Apesar dos desafios que se apresentaram a todos nós em 2020, os últimos anos foram positivos para as exportações brasileiras. De acordo com um levantamento realizado pelo Ministério da Economia, as exportações atingiram números históricos no primeiro semestre de 2021, com US\$ 136,7 bilhões. Isso representa um crescimento de 35,8% sobre os seis primeiros meses de 2020. Além disso, subiu de 21.478, em 2011, para 28.608, em 2020, o total de empresas exportadoras no Brasil. Os principais desafios estão ligados aos elementos que fazem com que os preços das mercadorias nacionais não sejam tão competitivos como poderiam. Isso envolve os custos de transporte e tarifas cobradas em aeroportos e portos e a carga tributária que incide sobre produtos destinados ao exterior.

Revista VOTO – O Brasil é grande exportador de commodities, o que garante o superávit na balança comercial e sustenta o crescimento econômico do país. É necessário, porém, aumentar a pauta de exportação de produtos industrializados, com maior valor agregado, para beneficiar de forma mais horizontal os setores produtivos brasileiros. De que forma a participação em feiras como a Expo 2020 Dubai contribui para a diversificação dessa pauta?



Pavilhão da Sustentabilidade, um dos três eixos da Expo Dubai

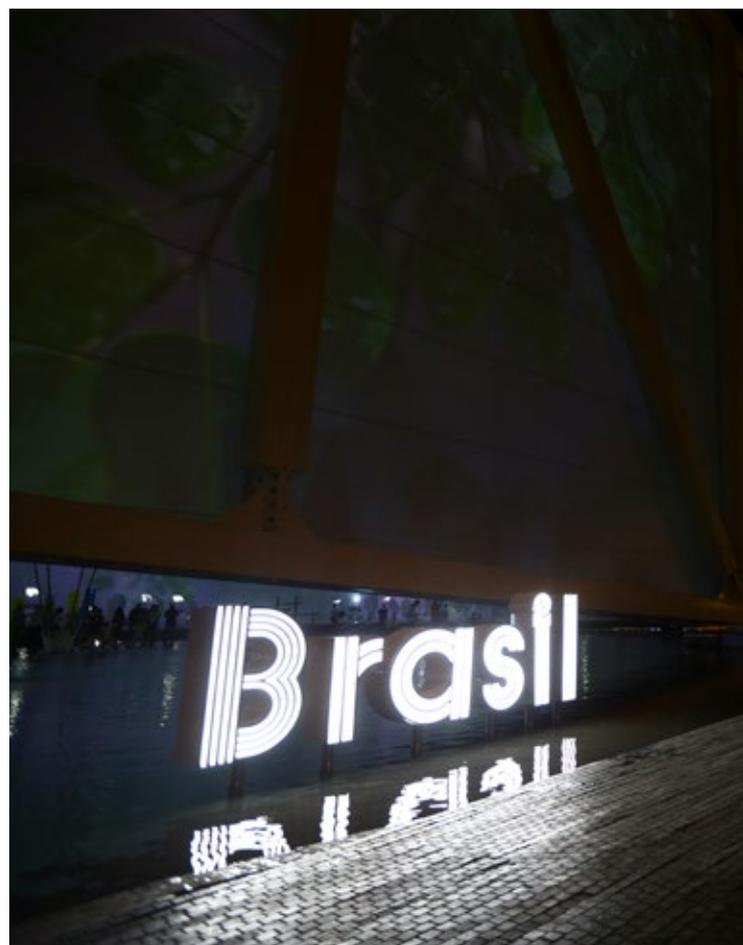




Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Pavilhão do Brasil atrai visitantes

Elias Martins – As duas pautas não são necessariamente excludentes. Os esforços são para diversificar e impulsionar cada vez mais o potencial tecnológico e produtivo do país. No campo da inovação, o Brasil tem participado com destaque das edições mais recentes da Gitex Technology Week, uma das maiores feiras de tecnologia do Oriente Médio e Norte da África, sediada em Dubai. Startups brasileiras foram premiadas nas duas últimas edições, e a Apex-Brasil liderará a delegação brasileira que participará na Gitex Global 2021, que acontecerá paralelamente ao primeiro mês da Expo 2020 Dubai. Em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, a Agência realiza um mapeamento das empresas com maior potencial para o evento e oferece stands para exposição das startups selecionadas – serão 10 para esta edição. Além da participação no Pavilhão do Brasil para agendas de negócios, as startups têm a oportunidade de apresentar seu *pitch* numa competição organizada pela feira. Identificamos eventos de tecnologia e inovação no mundo inteiro e promovemos a participação, nos mais relevantes, para as startups brasileiras com potencial de escalabilidade, grau de inovação e maturidade para se internacionalizar. Assim, também promovemos o Brasil e o colocamos no cenário internacional de inovação. Entre as iniciativas que a Apex-Brasil desenvolve para a promoção de startups, está o StartOut Brasil, um programa criado em 2017 para apoiar empresas que desejam internacionalizar, desde a exportação de produtos e serviços, até o momento de maior aproximação com o mercado, com a abertura de operações. O programa, desenvolvido em parceria com os ministérios das Relações Exteriores e da Economia, além de Sebrae e Anprotec, conta com um ciclo de imersão e é realizado nos mais promissores ecossistemas de inovação do mundo. Através dele, mais de 150 empresas inovadoras foram apresentadas ao mercado internacional e expandiram seus negócios.

Quero destacar que a Apex-Brasil, em 2020, foi reconhecida pela 100 Open Startups como quarto principal ator do ecossistema brasileiro de startups no ranking Top 10 Ecossistema, entre 180 instituições participantes. A votação foi feita pelas próprias empresas. Além do reconhecimento institucional, 44 startups apoiadas pela Agência se classificaram entre as 100 empresas brasileiras mais atraentes para o mercado em diversas categorias.

Revista VOTO – A Apex oferece capacitação para empresas de todos os portes que têm perfil para exportar. Qual a importância de buscar essa capacitação? É possível encurtar os caminhos até o mercado internacional com os programas de capacitação?



Pavilhão da Mobilidade, um dos eixos da Expo 2020 Dubai

Elias Martins – Qualquer empresa pode, sozinha, buscar os caminhos para exportar por conta própria. O diferencial de procurar a ajuda da Apex-Brasil é que a Agência coloca a exportação como parte da estratégia de negócio, auxiliando a planejar a exportação de forma segura. Além de oferecer programas de capacitação, nós identificamos os mercados mais promissores para cada segmento através de estudos de mercado, fornecemos cursos e informações básicas e qualificadas sobre negócios internacionais, para as pequenas e médias empresas brasileiras. Também organizamos a participação brasileira em pavilhões de grandes feiras setoriais e multissetoriais, realizadas no exterior, possibilitando a promoção de imagem e geração de negócios. O Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX) é o programa da Apex-Brasil específico para oferecer capacitação para empresas brasileiras. Ele é implementado em todas as regiões, por meio de parcerias da Apex-Brasil com instituições locais de ensino e pesquisa, como universidades, parques tecnológicos ou fundações de amparo à pesquisa, além de federações de indústrias. De janeiro de

2020 até junho de 2021, o PEIEX atendeu e qualificou 5.270 empresas, por meio da execução de 35 convênios, nas cinco regiões do país. Desse total de empresas, 73,17% estão na categoria de micro e pequenas empresas (MPEs); 628 exportaram no primeiro semestre de 2021, com valor total de R\$ 357,5 milhões (um aumento de 6,9% no valor exportado por esse mesmo conjunto de empresas, na comparação com o primeiro semestre de 2020). Essas 628 empresas exportaram produtos de 16 segmentos no primeiro semestre de 2021, com destaque para: alimentos e bebidas (50,6%), produtos agropecuários (9,7%), máquinas e equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (7,4%), moda, higiene pessoal e cosméticos (6,2%) e metalurgia e produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) (5,7%).

Também oferecemos serviço personalizado para as empresas estrangeiras que querem estabelecer operações produtivas no Brasil. Fornecemos informações sobre mercado e ambiente de negócios, aproximando-as de órgãos e entidades públicas e privadas em níveis federal, estadual e municipal. Dados mostram a importância dessa



Fotos: Marcella Camargo/Agência Brasil

Pavilhão da Oportunidade, outro eixo da Expo

capacitação: 32 novos projetos de investimento no Brasil foram realizados a partir de atendimentos realizados pela Apex-Brasil em 2020, resultando em US\$ 5,3 bilhões em investimentos e negócios, com estimativa de geração de mais de 12,3 mil vagas de emprego.

Revista VOTO – A imagem do Brasil no exterior é fundamental para inserir as empresas brasileiras no mercado internacional. Qual o papel do Pavilhão do Brasil na Expo 2020 para a construção dessa imagem?

Elias Martins – O Pavilhão do Brasil será a plataforma para o país mostrar o que tem de melhor, de mais especial, a um público formador e multiplicador de opinião, radiador de ideias, em um local que é hub de negócios, como os Emirados Árabes Unidos e os países do Golfo. A experiência sensorial e estética é o grande destaque. Ao pisar no pavilhão brasileiro, o visitante vai se sentir em um oásis, imerso no ambiente natural do Brasil, passeando por suas mais ricas e belas paisagens. Vai experimentar

a diversidade gastronômica e cultural, através do paladar, dos ritmos, sons, texturas e imagens. A água é um recurso que vai ocupar metade do pavilhão, que foi inspirado nos rios brasileiros, especialmente no Rio Negro, um dos maiores da nossa hidrografia. Mas, acima de tudo, os visitantes terão contato com órgãos de governo e empresas privadas que terão a oportunidade de lhes apresentar o quão sustentável é a economia brasileira, e que o Brasil é: moderno, produtivo e ambientalmente consciente.

Revista VOTO – Quais as expectativas da Apex-Brasil para a Expo 2020 Dubai, tendo em vista o momento do Brasil e do mundo – avanço da vacinação no país, mas com o planeta ainda vivendo a crise provocada pela pandemia de Covid-19?

Elias Martins – A nossa expectativa é que a Expo 2020 Dubai impulse ainda mais as exportações brasileiras, uma vez que vamos mostrar que o país é dotado de infraestrutura, capacidade tecnológica e científica, além de profissionais

competentes para atender as maiores exigências de investimentos qualificados. As atividades expostas no Pavilhão do Brasil vão apresentar o Brasil como um grande competidor global: com ambiente de investimento sólido, enorme mercado interno, celeiro de inovação, grandes projetos de infraestrutura, potencial energético e agrícola. Trata-se da principal economia da América Latina. Temos um sistema financeiro estável e um enorme mercado interno, o que nos torna um destino seguro para investimentos. Tanto que, apesar do cenário de crise econômica e do comércio mundial impactados pela pandemia, o Brasil está retomando sua capacidade atrativa de investimentos em 2021. A retomada dos aportes estrangeiros é vista no Indicador de Investimentos Diretos no País (IDP), divulgado pelo Banco Central. De janeiro a maio de 2021, recursos de investidores estrangeiros em empresas no Brasil somaram US\$ 22,5 bilhões – valor 30% maior do que no mesmo período de 2020, quando o IDP acumulado foi de US\$ 17,3 bilhões. As cotações das commodities, por exemplo, estão alcançando elevados patamares, beneficiando diretamente o Brasil, que vê suas receitas de exportações atin-



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Crianças brincam no espelho d'água do Pavilhão do Brasil

girem recordes. Por fim, acreditamos que a Expo 2020 Dubai será um instrumento importante para confirmar tais expectativas ou, até mesmo, superá-las pelas oportunidades que se apresentam no contexto deste grande evento global, um ponto de inflexão para a volta à normalidade e a retomada do crescimento econômico.

BAH | RESTAURANTE





“

O número de candidatos por cada agremiação poderá ser o mesmo das cadeiras que formam a respectiva Casa Legislativa acrescida de mais uma.

Regras eleitorais para 2022

AS eleições de 2022 terão novidades legais. Isso não é surpresa. Afinal, no Brasil, nenhuma eleição é disciplinada exatamente pela mesma regra da anterior. Pela nova redação da Lei nº 9.504/97, cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para as Assembleias Legislativas até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais um. Traduzindo: o número de candidatos por cada agremiação poderá ser o mesmo das cadeiras que formam a respectiva Casa Legislativa acrescida de mais uma.

Determinado a incentivar a integração racial e de gênero, bem como a atenuar o problema da sub-representação nos parlamentos, o Congresso Nacional aprovou um dispositivo que visa estimular os partidos políticos a incluir, nas suas listas de candidatos, nomes competitivos de pessoas negras e mulheres. Os votos obtidos por estes candidatos serão contabilizados em dobro e convertidos em incremento financeiro na partilha dos recursos públicos repassados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral às agremiações. A projeção de receita vai funcionar como um mote para as candidaturas. Conforme anotou o relatório da Proposta de Emenda Constitucional nº 125/11 da Câmara dos Deputados, trata-se de “uma medida destinada a premiar os partidos”.

Riscadas do mapa, as coligações foram substituídas pelas federações. Enquanto aquelas eram

alianças locais fadadas ao desaparecimento após o pleito, as federações são nacionais e perduram por quatro anos depois da proclamação dos resultados. Outra particularidade é que a federação estabelecida entre dois ou mais partidos não equivale à fusão, incorporação ou extinção daqueles que estiverem associados.

Isso, porém, não é tudo. A federação, diferentemente da antiga coligação, tem assegurado o direito ao funcionamento parlamentar em todas as Casas Legislativas do país para as quais tenha elegido representantes. De prático, isso significa que na distribuição das comissões e cargos, cada federação deverá ser tratada como se fosse uma bancada partidária. Consequentemente, o parlamentar integrante da federação deve pautar a sua ação aos princípios e diretrizes constantes de um estatuto registrado no TSE previamente à eleição. Este documento poderá incluir disposições prevendo penalidades tais como o desligamento temporário da bancada, a suspensão do direito de voto nas reuniões internas ou mesmo a perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que o parlamentar estiver exercendo em decorrência do mandato.

ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SANTOS

Advogado e especialista em Legislação Eleitoral
(aamsadv@gmail.com)



*Para todo mal,
imagine a cura.*

Para você imaginar sempre o melhor, a EMS, a maior indústria farmacêutica do Brasil, realiza pesquisas inovadoras, investe em tecnologia e desenvolve novos medicamentos que cuidam da sua saúde.



Sua saúde merece

Foto: Carolina Antunes



“

Há muito se discute a inadimplência dos entes federais, que efetivamente não conseguem pagar suas dívidas advindas de precatórios.

Os precatórios, o calote e a insegurança jurídica

Entende-se como precatórios as requisições para pagamento das dívidas e condenações definitivas contra a União, estados e municípios, expedidas pelo Poder Judiciário. Calote, por sua vez, é quando uma dívida não foi quitada ou paga, o que remete a um comportamento ardiloso e desonesto do devedor.

Para que se constitua um precatório judicial contra um ente público, o direito da parte credora percorre todas as instâncias com toda a sorte de recursos à disposição das partes. Quando a decisão se torna definitiva, inicia a fase da cobrança – antes chamada de execução, hoje, de cumprimento de sentença –, na qual o devedor também pode se utilizar de mais um sem-número de recursos sob a escusa de querer discutir a quantia devida, não mais o dever de pagar, culminando, por fim, no chamado “requisitório”. Esta “ordem de pagamento” deve ser enviada pelo Judiciário ao Executivo até o mês de junho a fim de que seja incluída no orçamento do ano subsequente para pagamento.

O direito discutido na demanda judicial restou definitivo, assim como a quantia. Os tribunais já bem definiram como são os reajustes e as atualizações. O ente público, por sua vez, tem ciência no ano anterior sobre o que deve pagar no ano posterior – daí a necessidade de estar no orçamento e se organizar quanto aos seus gastos, incluindo aquelas emendas e “puxadinhos” para agradar o eleitorado.

Há muito se discute a inadimplência dos entes federais, que efetivamente não conseguem pagar suas dívidas advindas de precatórios. Mas também não se preparam para resolver o tema. Até os dias de hoje, apenas a União honrava pontualmente essas ditas obrigações, ainda que com algumas tentativas de protelação, como os parcelamentos em 10 anos, que outrora foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Hoje, temos no cenário uma tentativa ainda mais ardilosa, com pitadas de chantagens por parte do executivo federal, afirmando que se pagar



os precatórios não haverá dinheiro para o “Auxílio Brasil”, para as vacinas, para o pagamento dos funcionários públicos. Querem propor um calote parcial para 2022, onde pagariam menos da metade do que se deve, deixando o restante para o acúmulo, em um estoque a pagar para os próximos anos, uma verdadeira “bola de neve”.

Estes são os fatos dos devedores enquanto entes públicos, e, em especial, a polêmica deste pretenso calote por parte da União Federal.

Para os particulares é diferente. Não há possibilidade de calote. Não há precatório com pagamento diferido ao ano subsequente. Definida a dívida e a quantia, o particular tem que pagar em quarenta e oito horas, sob pena de ter seus bens e contas bloqueados e arrestados para satisfação da dívida.

A edição da Carta de Direitos, a “Bill of Rights”, do “Rei João” da Inglaterra, de 1215, iniciou um processo evolutivo da criação de direitos dos súditos contra a obrigação negativa do Estado em não intervir nesses direitos. De uma certa maneira, iniciou-se a crença no pacto entre os gover-

nantes e os governados, mais tarde evoluído para o que chamamos de “Constituição” – a “Carta” que garante uma previsibilidade de direitos, em especial a segurança jurídica.

Qual a segurança que possui o cidadão quando, após um litígio contra o poder público, este não cumpre o que o próprio judiciário determina? Qual a razão do particular não ter esta reciprocidade de tratamento, de poder decidir que tem outras prioridades no seu “orçamento” e dar o calote, parcial ou total, definitivo ou provisório, contra o ente público credor?

Não é à toa que o Brasil não consegue trazer novos investidores. Não é à toa que muitos brasileiros estão a se retirar para tentar a vida onde haja mais previsibilidade e segurança. Há também “aqueles” que se aproveitam de paraísos fiscais, mas isso já é outra história.

ALEXANDRE KRUEL JOBIM

Advogado e mestre em Direito pela University of Texas School of Law



“

As pessoas já começam a perceber que governos são ineficientes, inúteis e zero produtivos.

O que influencia as decisões econômicas?

A economia não é uma ciência exata. Justamente por isso, Ludwig Von Mises, em seu brilhante e extenso livro “A Ação Humana”, descreve que o comportamento das pessoas influencia, e muito, as decisões econômicas.

Estes comportamentos são subjetivos, pessoais e temporais – e com isso não conseguimos precisar algum fato ou dado econômico. Quem decide se alguém está comprando algo acima do preço? Por mais que modelos matemáticos tentem explicar da forma mais exata, sempre estamos sujeitos ao comportamento subjetivo das pessoas.

Preferências temporais são de suma importância, pois são elas que determinam o momento em que as pessoas optam por não manter mais o capital guardado, e sim consumir. Ou seja, preferem ter aquele bem ou serviço naquele dado momento ao invés de manter o capital. O tempo todo valorizamos e tomamos essa decisão: ter o dinheiro ou o bem ou serviço adquirido, mesmo sem perceber.

Essas escolhas determinam se a economia está melhor ou pior; afinal, as pessoas consomem ou investem mais. Enquanto a decisão é pessoal e sem intervenção, as coisas tendem a caminhar sempre na busca do equilíbrio.

Porém, o que vivemos hoje é a total interferência nesses atos humanos por parte dos governos e burocratas. Quando decidem expandir o

crédito às pessoas com taxas de juros subsidiadas e inundar o mercado com dinheiro impresso (hoje imprimir dinheiro é uma mera analogia à permissão dada pelos Bancos Centrais para os bancos emprestarem mais), há uma verdadeira interferência nessas escolhas pessoais entre consumir ou manter o capital.

Ao injetar dinheiro indiscriminadamente nas economias, como vemos hoje, os juros caem de maneira artificial (como se fossem anabolizantes injetados na economia) e há uma abundância de capital. O que significa a abundância de dinheiro (ou de qualquer bem) frente a um mesmo número de consumidores? Naturalmente, o preço cai.

Com o dinheiro ocorre exatamente a mesma coisa: mais dinheiro, menor seu valor e, portanto, menor o poder de compra dessa moeda, acarretando inflação (alta dos preços).



Passamos a ter, portanto, juros baixos artificialmente (por conta da abundância de capital nas economias) e aumento do dinheiro nas mãos da população, levando a uma ampliação natural do consumo (bancos emprestam mais, com juros mais baixos e créditos baratos, que estimulam o consumo). De forma “anabolizada”, obviamente.

Em mercado verdadeiramente livre, teríamos a alta dos preços via aumento de consumo até um ponto em que as pessoas deixariam de consumir e os preços voltariam a patamares mais aceitáveis, equilibrando o processo.

Quando há intervenções como explicado acima, esse momento demora mais a chegar, pois os governos estão sempre artificialmente mantendo os juros baixos e dando a falsa ilusão de mais riqueza das pessoas via aumento de consumo.

Ocorre que, durante esse processo, empreendimentos e projetos são criados com as taxas de juros baixas. Em breve, os números não representarão mais a realidade, tão logo os “anabolizantes” governamentais sejam cortados. Nesse momento, as taxas de juros voltam a subir e esses empreendimentos ou projetos se tornam inviáveis – simplesmente quebram, levando a um efeito dominó e, naturalmente, à crise ou recessão.

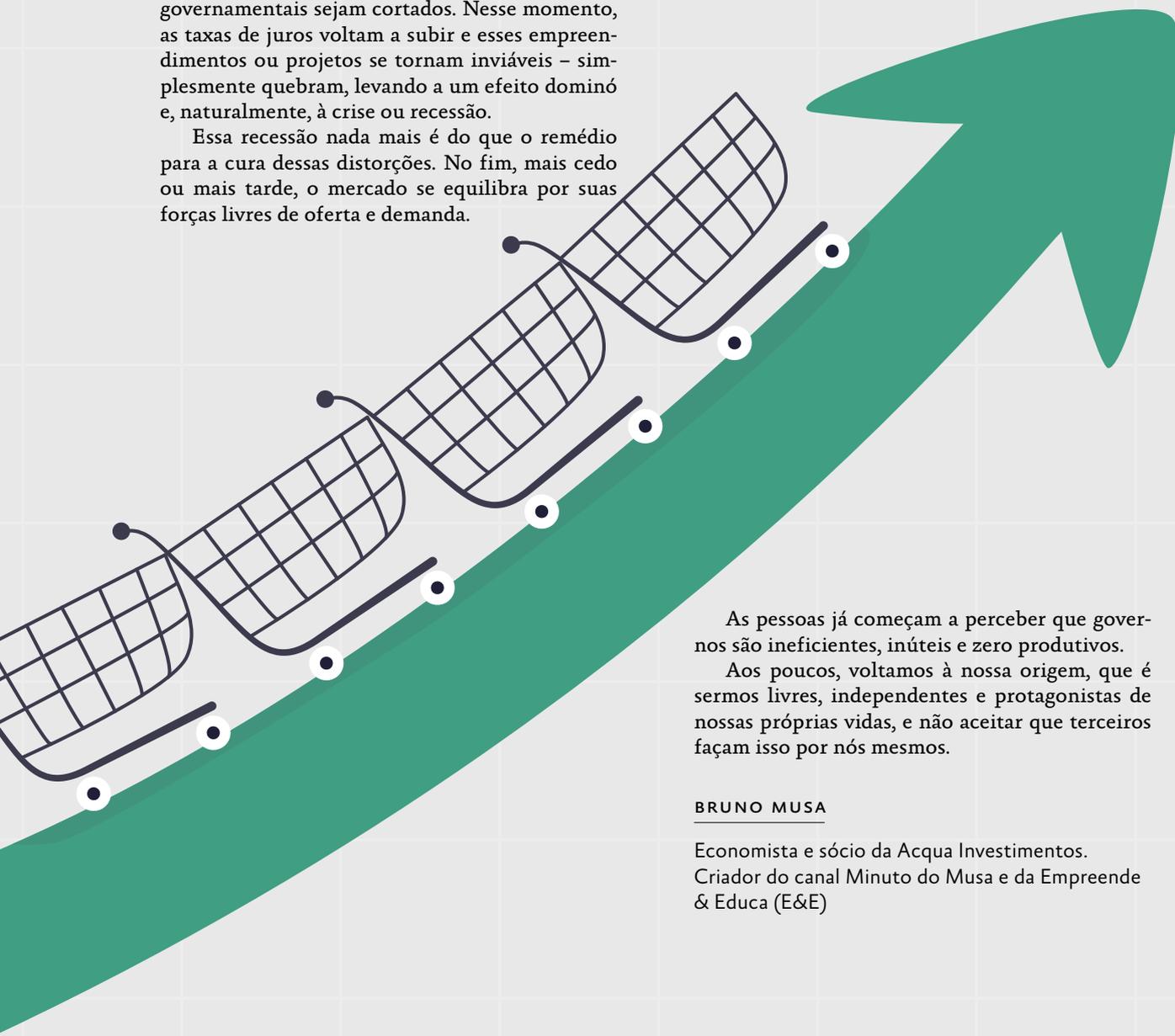
Essa recessão nada mais é do que o remédio para a cura dessas distorções. No fim, mais cedo ou mais tarde, o mercado se equilibra por suas forças livres de oferta e demanda.

O que vivemos, portanto, nada mais é do que uma ilusão de riqueza mantida por burocratas com soluções de curto prazo, jogando para debaixo do tapete a sujeira, ano após ano.

Por que não enfrentamos o problema de verdade e deixamos o livre mercado se organizar? Justamente porque isso não dá votos e tem uma solução a prazo mais longo. Seria uma solução de verdade e mais duradoura, mas demoraria mais para chegar. E as pessoas não têm paciência ou conhecimento para esperar.

Estratégias eleitoreiras são sempre “bem-vindas”, e inflar a economia faz parte da história desde pelo menos o começo do século XX até hoje.

Suspeito que a próxima crise terá que ser gerenciada já com a existência de criptoativos descentralizados e a blockchain por todas as partes, tirando o monopólio dos governos sobre a criação e injeção de dinheiro, tirando a importância do Estado e podendo ser a última em que os burocratas tenham grande autonomia.



As pessoas já começam a perceber que governos são ineficientes, inúteis e zero produtivos.

Aos poucos, voltamos à nossa origem, que é sermos livres, independentes e protagonistas de nossas próprias vidas, e não aceitar que terceiros façam isso por nós mesmos.

BRUNO MUSA

Economista e sócio da Acqua Investimentos.
Criador do canal Minuto do Musa e da Empreende & Educa (E&E)

Os desafios ambientais da capital da floresta amazônica

Ao longo de 2021, a prefeitura investiu no plantio e na doação de mudas de várias espécies, entre arbóreas, frutíferas, ornamentais e medicinais

O futuro das grandes cidades vem sendo debatido e pensado considerando os inúmeros desafios relacionados, principalmente, às questões ambientais. Mas o que pode parecer um obstáculo para muitos gestores também representa imensas possibilidades para quem pretende tirar o melhor proveito da urbanização atrelada a uma boa governança.

Gestores e líderes políticos de todo o planeta têm sido observados e cobrados, nos últimos anos, por políticas públicas que pensem em um novo modelo de desenvolvimento, com foco no crescimento econômico e aliado a ações de preservação do meio ambiente. Cercada por 1.500 quilômetros de floresta virgem e sob os olhares atentos do mundo, Manaus, a capital do Amazonas, está no foco de muitos interesses – nem sempre construtivos –, o que representa um desafio imenso para o prefeito David Almeida.

Em cidades do mundo todo, hoje, aproximadamente 78% das emissões de carbono se devem às atividades humanas, segundo dados da ONU. Isso ocorre porque os muitos benefícios sociais e econômicos da urbanização vêm atrelados aos problemas ambientais. As cidades representam menos de 3% da superfície da Terra, mas há uma concentração extraordinária de população, indústria e uso de recursos de energia, o que leva à poluição local massiva e à degradação ambiental.

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde o crescimento populacional impacta na capacidade de fornecimento de infraestrutura e de serviços, os problemas ambientais podem vir acompanhados de graves impactos econômicos e sociais para a população urbana.

Desde que assumiu a Prefeitura de Manaus, David Almeida vem demonstrando capacidade de liderança e gestão, com consciência dos problemas históricos da cidade, e ampliando o diálogo com ambientes de pesquisa e membros da academia, no intuito de buscar soluções para a cidade dentro do contexto de mudanças climáticas e da sustentabilidade.

Em setembro, por exemplo, o prefeito organizou um seminário sobre preservação ambiental e economia sustentável, com a presença de pesquisadores e doutores, especialistas em políticas públicas nestas áreas e ativistas, para discutir o papel de Manaus em meio às mudanças climáticas, caminhos para a sustentabilidade e os desafios a serem percorridos.

“No Amazonas, nós somos exemplo de preservação para o mundo e é isso que devemos mostrar. Estamos empenhados em preservar e trabalhar por uma cidade sem fumaça, sem queimadas. Deste en-



Fotos: Natalia Brasil/Prefeitura de Manaus

contro, devemos elaborar um documento para mostrar a todos os países a necessidade de ajuda para Manaus. Vamos trabalhar juntos para que o mundo possa nos dar condições, para que o povo da floresta continue preservando”, salientou Almeida.

No contexto de preservação da floresta, foram apresentados dados como a colaboração do Polo Industrial de Manaus (PIM) para a redução de 70% a 77% do desmatamento do Amazonas, além do benefício total para o estado, entre US\$ 1 bilhão e US\$ 10 bilhões, no período de 2000 a 2006, demonstrando a importância da defesa e valorização da Zona Franca de Manaus.

O seminário foi o reflexo de uma intenção da atual gestão municipal, que vem direcionando esforços para estas questões, destravando processos e executando ações como a atualização do Código Ambiental do Município, documento sem revisão há 20 anos. De forma democrática, a prefeitura abriu consulta pública por 60 dias e trabalha agora na revisão das propostas apresentadas pela sociedade para que possa consolidar o novo documento, contextualizado às necessidades atuais.



A Prefeitura tem ampliado o acesso a serviços na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé

O FUTURO PASSA PELA SUSTENTABILIDADE

Cada vez mais, as cidades ao redor do mundo estão aprendendo sobre as melhores práticas de governança e planejamento umas com as outras. Os objetivos gerais da governança no setor público devem abordar questões de meio ambiente, sociais e de boas práticas. Neste aspecto, Manaus também vem liderando iniciativas que podem se tornar exemplos para outras metrópoles.

Instituído por meio de decreto, o Planejamento Estratégico Manaus Cidade Global é um trabalho que começa a ser fortalecido tendo como base o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que, por meio de temas como a proteção ao meio ambiente, visa a garantir que as pessoas possam desfrutar de qualidade de vida. Além disso, o primeiro Plano Estratégico de Comunicação da história da Prefeitura de Manaus pode ser considerado um dos mais modernos do país por contemplar questões relevantes e atuais, com destaque para o fomento às ações relacionadas à agenda Ambiental, Social e de Governança (ESG) e à saúde mental de servidores, por exemplo.

Mas considerando as características únicas da capital da Amazônia brasileira, a preocupação com a preservação dos fragmentos de floresta na

cidade e ao seu redor também aproximaram o prefeito David Almeida e seu corpo técnico da gestão do Polo Industrial de Manaus, uma das maiores estratégias naquela região para a preservação do verde e responsável pelo sustento de milhares de famílias da capital do Amazonas.

A preservação das áreas verdes e mananciais vem levando o município a desenvolver ações diretas nas comunidades. Um dos projetos nesta linha é o de criação do Parque das Tribos, uma área localizada ao lado do bairro de mesmo nome ocupado em sua maioria por indígenas de 13 etnias.

“Vamos mostrar ao mundo que, apesar de todas as problemáticas que estamos enfrentando, estamos buscando soluções que envolvem não apenas a gestão, mas toda a sociedade para a preservação da nossa floresta. Não caminhamos sozinhos, e todo apoio é bem-vindo”, destacou o prefeito.

PRESSÃO AMBIENTAL

Como qualquer cidade grande, Manaus também sofre com os processos de ocupação, que surgem acompanhados de queimadas e expandem cada vez mais o limite da cidade. Mas esses problemas não ocorrem apenas nos arredores do município. A prefeitura tenta corrigir hoje males que vêm se arrastando ao longo de décadas. Loca-



Prefeito David Almeida em ação do Programa Manaus Verde

lizado em uma área que vai da zona Leste à Centro-Sul da capital, o Corredor Ecológico do Mindu foi, ao longo das últimas décadas, ocupado por construções irregulares em suas margens. E agora passa por um processo de transformação que envolve a recomposição do verde, desapropriações e ajustes no curso do igarapé.

A gestão de resíduos também é motivo de trabalho árduo da gestão. No total, Manaus gasta hoje em torno de R\$ 300 milhões, por ano, com o recolhimento do lixo, juntando todas as modalidades de coleta. Isso vem fazendo com que a prefeitura busque parcerias para diversas iniciativas. Dentre elas, a inauguração, no dia 29 de setembro, juntamente com o governo federal, da primeira Central de Logística Reversa de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos da região Norte do país. Além da preservação do meio, com a redução do descar-

te de material, a iniciativa inédita vai beneficiar os catadores da cidade, fomentando a cadeia deste tipo de material e gerando renda.

Além destes, outros projetos vêm sendo capitaneados pelo prefeito David Almeida com apoio do Conselho Estratégico Municipal, que têm a missão de buscar parcerias e apoio junto a organismos nacionais e internacionais com o intuito de tornar Manaus uma cidade exemplar na preservação de seu bioma e globalizada.

“Uma boa gestão desempenha papel fundamental para construir projetos e fomentar as políticas públicas, principalmente quando o assunto é o desenvolvimento sustentável. Somos responsáveis e sabemos que as decisões e ações que empreendemos a cada dia influenciam no futuro da cidade, da sociedade, do país e do mundo”, concluiu o prefeito.



Foto: Jefferson Bernardes

“

Qual seria o impacto de transformar a secretaria hoje encarregada de privatizar órgãos e companhias menos representativas em uma Secretaria de Privatização da Petrobras?

A teimosia dos fatos

EM 1883, diz a história, o padre João Bosco, fundador da ordem católica dos Salesianos no Brasil, sonhou que sobrevoava uma região que ia da Cordilheira dos Andes ao Oceano Atlântico. No sonho, entre os paralelos 15° e 20°, teria ouvido uma voz que dizia que “quando se vier a cavar as minas escondidas nestes montes, aparecerá aqui a terra prometida que vai jorrar leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”.

A suposta premonição do padre João não só anunciava a localização da futura capital brasileira, na latitude 15° 79’, como antecipava seu caráter místico. Brasília abriga interesses que vão da ufologia à astrologia – passando pelo Santo Daime, bem como acolhe, com ares de certeza, práticas e discursos políticos de todos os tipos. Alguns, quase místicos.

Reza a convicção coletiva, por exemplo, que reformas e matérias de impacto, ou importantes, não deveriam ser propostas em anos eleitorais. Assim, o executivo de plantão deveria implemen-

tar sua agenda mais controversa enquanto estão quentes os votos recebidos, e receptivos (porque cautelosos) os parlamentares que as votarão. Não devemos esquecer: existem eleições no segundo e no quarto anos de mandato. O terceiro ano seria curto – e caro.

Quando o preço da gasolina assombra mais um de nossos presidentes – afinal, todos caíram em tentação e fizeram algum tipo de intervenção no preço dos combustíveis, sempre com resultados catastróficos para o Brasil, parece razoável ouvir com atenção a entrevista do presidente Bolsonaro, no último dia 14 de outubro, à Rádio Novas de Paz, de Pernambuco:

“Aumentou a gasolina, culpa do Bolsonaro. Eu tenho vontade, eu já tenho vontade de privatizar a Petrobras. Tenho vontade. Vou ver com a equipe econômica o que a gente pode fazer. Porque, o que acontece... Eu não posso... não é controlar, eu não posso melhor direcionar o preço do combustível. Mas, quando aumenta a culpa é minha. Aumenta o gás de cozinha a culpa é minha; apesar de ter zerado o

imposto federal – coisa que não acontece aí, por parte de muitos governadores. Reconheço que os governadores não podem zerar o ICMS. Mas, a cobrança do ICMS não pode ser feita em um percentual em cima do preço final da bomba.”

Não chegou a ser uma proposta de privatizar a Petrobras. Talvez tenha sido uma queixa, talvez uma simples reflexão. Não me pareceu uma ameaça. Entretanto, diferente de outras falas presidenciais – propostas, comentários, simples piadas ou mesmo soluços, esta declaração não mereceu, por parte de nenhum setor, uma condenação apocalíptica. Pelo menos até o momento em que escrevo esta coluna. Podemos sonhar em propor este debate?

Quando o Brasil busca recuperar a plenitude de suas atividades socioeconômicas, e quando as pautas para o ano eleitoral começam a ganhar clareza, quem sabe a proposta de privatizar a Petrobras não escapa de uma “entrevista quase queixa” presidencial e ganha contornos de seriedade?

Não faltarão experientes conselheiros presidenciais para dizer que o momento não é oportuno, nem é viável sua execução. Talvez não faltem lembranças de velhos fantasmas com suas histórias de derrota e perdas de votos.

Entretanto, a teimosia dos fatos, nem sempre apreciados nesta capital de estranhos hábitos, parece contar uma história diferente. Ou, no mínimo, apontar em mais de uma direção.

Foi no último ano do governo Itamar, 1994, a implantação do Plano Real, uma portentosa in-

tervenção na vida de todos nós; e são do último ano do governo Temer, 2017 (verdade que quase seu primeiro), a Reforma Trabalhista e a PEC do Teto dos Gastos.

Qual seria o impacto de transformar a secretaria hoje encarregada de privatizar órgãos e companhias menos representativas em uma Secretaria de Privatização da Petrobras? E do Banco do Brasil? Qual seria a repercussão junto a investidores? O que perderíamos dos pontos de vista econômico ou estratégico?

E no plano político eleitoral, conseguiríamos eleger uma bancada com estes compromissos? Houve tempo em que estas propostas não elegeriam quase ninguém. E nos dias atuais?

Presidente Bolsonaro, o ex-senador Roberto Campos, entrevistado pelo jornalista Fernando Rodrigues, Folha de S. Paulo, em 11 de outubro de 2001, respondeu assim à pergunta se ele teria tido poder, ou condições, para abolir o monopólio (então vigente) do petróleo: “Esta é que é a história: eu propus para o presidente Castello Branco e ele achava que não havia condições históricas. Ele concordava com a tese, mas não tinha condições políticas para implementar”.

Presidente Bolsonaro, parte do sonho do padre João Bosco já foi realizada com o entusiasmo do presidente Juscelino e nos traços modernos do arquiteto Oscar Niemeyer. Falta a parte da “riqueza inconcebível” – nosso desenvolvimento e riqueza para nossa gente. Avance em direção à real redução do tamanho de nosso aparato estatal, e as místicas palavras do padre salesiano, quem sabe, poderão ser realidade.

Presidente Bolsonaro, a condição histórica, 68 anos depois da criação da Petrobras, está posta. Crie as condições políticas. Abra o debate, presidente. Vamos ver quantos se incomodam.

MATEUS BANDEIRA

Conselheiro de administração e consultor de empresas. Foi CEO da Falconi, presidente do Bannisul e secretário de Planejamento do RS





Nós não vamos esquecer que podemos mudar. Juntos.

Juntos para transformar

Acesse naovamosesquecer.com.br e saiba mais.



GRUPO
CARREFOUR
BRASIL





Mary Barra, CEO da General Motors

O futuro é elétrico e é para lá que a General Motors vai

POR NICOLE ANGEL

A tradicional General Motors (GM) acredita em um mundo com zero acidente, zero emissão de gases poluentes e zero congestionamento. E a chave para isso é a eletrificação de veículos. Há 25 anos, a montadora começou a trabalhar de

forma pioneira com essa possibilidade. E em 2016 fez história ao apresentar o primeiro carro elétrico (Electric Vehicle – EV, em inglês) acessível e de alta autonomia do mundo – o Chevrolet Bolt. A novidade foi exibida durante a Consumer Electronics Show (CES), uma feira profissional internacional de produtos eletrônicos de consumo que acontece todos os anos em Las Vegas (EUA).

“Hoje, a penetração global de mercado dos EVs é de cerca de 3%. Acreditamos que tudo está prestes a mudar. Este momento provará ser um ponto de inflexão. O momento em que a dependência de veículos movidos a gasolina e diesel começará a transição para um futuro totalmente elétrico. E a GM pretende liderar essa mudança. Temos a tecnologia, o talento e a ambição para cumprir esse compromisso”, afirmou Mary Barra, CEO da GM, na palestra de abertura da CES 2021.

Em sintonia com esse novo momento, a GM divulgou, recentemente, sua nova logomarca, mudança que não ocorria há mais de uma década. Para se ter uma ideia da importância deste gesto: em mais de um século de história, só houve quatro alterações como esta. O objetivo dessa transformação visual é reforçar os investimentos da marca em setores que envolvem plataformas digitais, sustentabilidade e carros elétricos.

Essa nova logomarca apresenta cores mais suaves, mas mantendo o tradicional azul da montadora, com as letras minúsculas e um traço abaixo do «m», como se fosse o plugue de um aparelho elétrico. De acordo com a multinacional, essa é uma referência direta ao Ultium, sistema de baterias que é a grande aposta da GM no segmento. Além disso, as bordas foram suavizadas e ganharam curvas discretas.

NOVA PLATAFORMA: ULTIUM

A Ultium é uma plataforma de EVs em hiperescala que tem o poder de transformar quase todos os tipos de veículos em elétricos. Ela funciona com uma combinação de arquitetura de bateria inovadora, sistemas de propulsão elétrica altamente flexíveis e uma célula de bateria comum que fornecerá energia a toda uma gama de veículos elétricos de nova geração.

“A base da nossa abordagem com essa plataforma é um design de célula único e comum que pode ser usado em todos os nossos veículos. Essas serão as melhores células do setor, otimizadas para fornecer energia suficiente para vários projetos de veículos. Fabricamos essas células internamente como parte de uma joint venture com a LG Chem”, revela Mei Cai, gerente de laboratório da GM.

A capacidade de energia destas células será 60% maior do que as existentes hoje, e elas usarão um design retangular plano, que reduz o espaço entre células e pode ser empilhado com mais eficiência em módulos para maior densidade de energia em um espaço menor.

O empilhamento vertical de células dentro dos módulos ajuda a construir caminhões, SUVs



A nova logo da GM é construída em uma herança forte, ao mesmo tempo em que traz um visual mais moderno e vibrante ao tradicional quadrado azul da GM.

e grandes crossovers. O empilhamento horizontal permite veículos de desempenho rebaixado. E, entre os dois, há a plataforma para crossovers de tamanho médio e compacto.

A General Motors será a primeira montadora a usar um sistema de gerenciamento de bateria quase totalmente sem fio para seus veículos elétricos. Ele monitora e equilibra a química da célula em uma base constante, garantindo desempenho ideal e capacidade de carga.

Finalmente, os módulos são colocados na bateria do veículo – um invólucro estrutural que se dobra como parte do chassi e protege as células de danos em caso de acidente.

O resultado de todas essas inovações é uma bateria que produzirá até 724 km de alcance com uma única carga, com custo quase 40% menor e com 25% menos peso do que as baterias elétricas atuais.



Foto: Divulgação

Chevrolet Bolt EV

“Já estamos trabalhando em nossa química de bateria de alta energia de nova geração que reduzirá ainda mais a dependência de cobalto e níquel, ao mesmo tempo em que reduz os custos em 60% em comparação às baterias atuais. Estimamos que essas baterias de metal de lítio fornecerão o dobro da densidade de energia até mesmo da célula de bateria de Ultium, fornecendo um alcance de 800 a 950km com uma única carga”, explica Mei Cai.

A Vehicle Intelligence Platform (VIP) da GM possui um software que mantém tudo funcionando. É uma arquitetura elétrica digital inovadora que fornece comunicação mais rápida entre os sistemas do veículo e o mundo exterior e é capaz de gerenciar 4,5 terabytes de potência de processamento de dados por hora – o que amplia em cinco vezes a capacidade em relação à arquitetura elétrica atual da GM.

APOSTA NAS MÍDIAS DIGITAIS

A transformação também será na forma como a GM interage com os novos consumidores, que agora vêm do âmbito digital. O objetivo da companhia com a mudança é buscar o cliente onde ele

quer conversar, por isso o investimento alto nas mídias digitais, que têm se tornado também uma premissa básica para as empresas que precisam alcançar novos clientes ou até mesmo fidelizá-los.

De acordo com a GM, cerca de 33% das vendas da Chevrolet (uma de suas marcas), especificamente no varejo brasileiro, vêm do meio digital. A razão para isso é a mudança nos hábitos de consumo que se acentuou na pandemia. Hoje, as compras pela internet envolvem desde comida ou roupas até automóveis, por exemplo.

Mas não basta gerar conteúdo, é preciso ter relevância em um mundo tão saturado de informação. Para a montadora, uma marca precisa ter opinião, posicionamento, porque isso cria uma identidade com o cliente em potencial.

GENERAL MOTORS

A General Motors (GM) é uma empresa global comprometida em oferecer maneiras mais seguras, melhores e mais sustentáveis para as pessoas se locomoverem. A GM, suas subsidiárias e suas joint ventures vendem veículos sob as marcas Chevrolet, Buick, GMC, Cadillac, Holden, Baojun e Wuling.

CRESCE CADA VEZ MAIS NO BRASIL A OFERTA DOS CHAMADOS CONDOMÍNIOS AERONÁUTICOS, QUE ATRAEM QUEM PROCURA COMODIDADE, BAIXOS CUSTOS OPERACIONAIS E INFRAESTRUTURA DE LAZER PARA A FAMÍLIA



Foto: Ben Tahah/Ally Agency de Marketing Coffee

A nova tendência dos condomínios fly-in e aeropark

POR RAIANE GONOLI

Agora é oficial: a nova febre entre proprietários de aeronaves é estacionar no “quintal” de casa. Apesar de não ser uma novidade aqui no Brasil, a tendência de condomínios com hangares privativos – loteamentos com acesso à pista de pouso e decolagem – parece ter aterrissado de vez na rotina de brasileiros que têm um avião para chamar de seu.

Mais do que estilo de vida, a oferta de comodidade, baixos custos operacionais com hangaragem e, é claro, infraestrutura de lazer completa

para a família, tem seduzido os aficionados por aviação a darem “asas” à ideia de frequentarem ou até fixarem moradia nestes espaços.

Os luxuosos condomínios aeronáuticos surgiram na década de 1940 nos Estados Unidos, onde, atualmente, já existem mais de 400 desse tipo, de acordo com a Livin With Your Plane. A Flórida é o estado com a maior oferta desses modelos de moradia, com um total de 52 aeródromos residenciais, que atraem empresários, famosos e milionários em geral.

O ator norte-americano John Travolta, por exemplo, é uma das celebridades que trocou uma



casa comum por um lar com vista da sala de estar para o avião. Ele é proprietário de uma mansão no requintadíssimo Jumbolair, localizado em Ocala, também na Flórida. Travolta tem sua própria torre de controle, à qual estão ligados quatro jatos particulares e um Boeing 707, que pode ser visto de todos os cômodos da casa, enquanto repousa estacionado no quintal.

Já no Brasil, o registro do primeiro residencial com casas-hangares é de quase 50 anos depois. Em 1989, um grupo de amigos apaixonados por aviação criou o Vale Eldorado, em Bragança Paulista (SP).

Com o aumento da frota de aviões particulares no país – até então, considerada a segunda maior do mundo, com mais de 20 mil aviões, jatos executivos e ultraleves, entre outros –, a moda “gringa” deu origem a vários condomínios aeronáuticos espalhados por todo o território brasileiro.

Um deles é o Residencial Bela Vista, localizado no município de Panorama, também no estado de São Paulo. O espaço foi inaugurado em 2018 e, desde então, recebe pilotos de todos os lugares do Brasil e do exterior. O empreendimento conta com pista de 970 metros de comprimento e 18 metros de largura, com capacidade de carga de 5.700 kg.

“Cada vez mais as pessoas valorizam o lazer, mas sem abrir mão da praticidade. Fazer um empreendimento sofisticado era uma das premissas para o idealizador do projeto. Nosso público é bem amplo. Em geral, pessoas que buscam um lugar para recarregar as energias. Temos clientes de todas as regiões do Brasil e do exterior. Os serviços do aeródromo Bela Vista, sem dúvida, são um dos motivos”, destaca Fernando Barato, administrador do residencial.

Além do aeródromo, o Residencial Bela Vista possui uma marina para receber donos de embarcações, que podem navegar pelo Rio Paraná, o segundo maior da América Latina. Esse é um dos diferenciais do condomínio, já que os residentes podem acessar toda a estrutura do local por terra, água e ar. “A vantagem é que você pode unir os hobbies de voar, pescar e ter uma casa de lazer, tudo em um único lugar”, conta o piloto Glauko Onésimo Siscati, um dos clientes do Bela Vista.

Os lotes disponíveis no Residencial Bela Vista custam a partir de R\$ 200 mil. Para frequentar o local, obviamente, os clientes precisam ter licença para pilotar aeronaves. “Em geral, os pla-



Foto: Igor Takahashi/Agência de Marketing Coffee

nos de voos são feitos via aplicativo e aprovados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A torre de comando que dá cobertura fica em Presidente Prudente”, conta Barato.

MORAR OU ALUGAR UMA CASA-HANGAR?

Unir a paixão de voar à maior disponibilidade de tempo para aproveitar a família. É por conta dessa praticidade e conforto oferecidos aos aviadores que os empreendimentos temáticos vêm conquistando cada vez mais adeptos. Mas, afinal, como funciona a parte burocrática de construir um imóvel neste tipo de condomínio?

No caso do Residencial Bela Vista, o local ainda não oferece residências fixas para os pilotos. No entanto, as primeiras casas já estão em construção e, futuramente, o local contará também com outros tipos de serviços.

“O Residencial Bela Vista está liberado para construção e moradia. Os requisitos estão definidos no Estatuto Social do Loteamento e de acordo com as leis municipais, estaduais e federais,

como qualquer loteamento fechado urbano. Futuramente, teremos também serviços gastronômicos, como restaurante, bar flutuante, serviço de marina, fly-in e empório, entre outros”, destaca Fernando Barato.

Para o piloto Glauko, tendo em vista o valor empregado para frequentar os empreendimentos temáticos, vale a pena investir em uma moradia fixa nesses locais. “Eu costumo frequentar condomínios aeronáuticos, no mínimo, duas vezes por mês, entre Panorama (SITM), Punta del Este (SWEP), Costa do Esmeralda (SDEN), Clube de Aviação Experimental do Paraná (CAEP) – SWES, Clube de Aeronáutica RJ (CAER) – SIWV, entre outras pistas particulares em fazendas. Em Panorama, quero construir após o hangar estar pronto. Prefiro construir a comprar ou alugar”, disse.

Seja para alugar ou adquirir uma residência fixa, os condomínios aeronáuticos certamente deixaram de ser tendência somente no exterior. Muitos brasileiros já descobriram o prazer de curtir a companhia da família num ambiente gostoso e confortável, alimentando sua paixão pela aviação e dando uma espiada lá fora, de vez em quando, só pra ter o gosto de ver seu avião na garagem.



Esperança de frente para o mar

NO EXTREMO SUL GAÚCHO, UMA CIDADE SE REERGUE DEPOIS DE VER RUIR A EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO TRAZIDA PELO POLO DE CONSTRUÇÃO NAVAL

POR PATRÍCIA LIMA

UM sonho chegou ao fim na manhã de 12 de dezembro de 2016, às margens da Lagoa dos Patos, no município de Rio Grande, no extremo sul do Brasil. Símbolo da grandiosidade da recém-estruturada indústria naval brasileira, o gigantesco Estaleiro Rio Grande foi cenário para o tenebroso dia em que 3,2 mil trabalhadores foram demitidos de uma só vez, sepultando as promessas de prosperidade que, menos de dois anos antes, superavam as expectativas mais otimistas.

O polo de construção naval, que chegou a empregar 24 mil trabalhadores, encerrava suas atividades depois de atrasos, denúncias de corrupção e do cancelamento dos contratos pela Petrobras – golpe fatal para o setor no país. Como em outras cidades costeiras em que a construção naval foi estimulada, o que restava eram a melancolia e as sequelas sociais de um projeto frustrado.

Quase cinco anos depois, o desânimo vai dando lugar, aos poucos, à esperança. A cidade de Rio Grande se reergue explorando novas possibilidades, investindo para redescobrir suas vocações e



Foto: Jorgio Santos/Prefeitura de Rio Grande

buscando uso sustentável das colossais estruturas que ficaram ociosas na zona portuária.

Palco desse momento de recuperação é justamente o encontro da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico, que faz de Rio Grande o principal porto marítimo do Rio Grande do Sul e um dos mais importantes do país e da América Latina – em 2020, somente o complexo público movimentou mais de 38 milhões de toneladas de carga; o Terminal de Contêineres (Tecon), um dos maiores terminais privados, embarcou mais de 404 mil contêineres.

A atividade portuária, que já existia muito antes do polo de construção naval ser erguido, é a aposta do prefeito Fábio Branco (MDB) para capitanear essa onda de reconstrução. “O caminho é promover uma ligação cada vez mais estreita entre o porto e a cidade. Isso parece óbvio, mas não acontece ple-

namente, na prática. Para entrar em um novo ciclo de crescimento econômico, estamos acreditando na vocação marítima e portuária”, ressalta Branco.

Um passo importante nessa direção foi dado em setembro, quando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou a transformação do complexo portuário em empresa pública independente do governo estadual. Isso significa que a gestão deixa de ser compartilhada com o estado, abrindo a possibilidade de um caixa próprio e autonomia para investimentos e contratação de quadro funcional independente de indicações políticas. Para o prefeito, essa mudança vai tornar a administração do porto mais ágil e moderna, atraindo investimentos e mostrando sua importância para a economia gaúcha.

Os primeiros sinais desse renascimento já podem ser vistos na zona portuária, que abriga o maior distrito industrial do estado, com mais de 2,5 mil hectares de área total e vocação para abrigar unidades industriais de setores variados. Anunciado pelo governador Eduardo Leite em julho desse ano, o programa Rio Grande – Porto Indústria busca potencializar as oportunidades de negócios e investimentos em torno do complexo portuário. A Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) estima que o impacto do projeto compreenda 434 lotes, 338 hectares com sistema viário implantado, 700 quilômetros de vias navegáveis ligando o porto de Rio Grande ao interior, um terminal público, quatro terminais de uso privado e 31 berços para atracação. São esperados investimentos de R\$ 9,4 bilhões, oriundos de 17 empresas que, juntas, gerarão mais de 11,7 mil postos de trabalho no distrito industrial. A intenção é que o ambiente ofereça proximidade e promova o desenvolvimento para todos os elos da cadeia produtiva do estado, com estrutura que facilitará o escoamento da produção e a importação de matérias-primas.

Um desses investimentos bilionários já tomou forma. A Yara Fertilizantes, gigante mundial do setor, deve concluir neste ano o programa de ampliação de sua planta no Porto de Rio Grande, com um total de R\$ 1,9 bilhão aplicados. Além de gerar mais empregos e renda na cidade, essa ampliação consolida o cluster de fertilizantes que há décadas se estrutura no sul gaúcho. Além da Yara, outros investimentos privados são esperados, como a construção de um terminal de regaseificação e a ampliação do terminal graneleiro da Cooperativa Gaúcha de Grãos (CCGL). “Tudo isso deixa o nosso porto mais competitivo e gera ganhos enormes para a cidade e para a região. Temos um ambiente atrativo para negócios e investimentos”, salienta Branco.



NOVA FASE PARA ESTRUTURAS DO POLO NAVAL

Com o fim do polo naval brasileiro, as bilionárias e gigantescas estruturas que serviram para a construção e montagem de plataformas de exploração de petróleo ficaram ociosas. E isso parece ser uma grande oportunidade para a reativação do Estaleiro Rio Grande, que possui o maior dique seco do hemisfério Sul, com um colossal pórtico capaz de içar 17 mil toneladas.

O prefeito Fábio Branco está de olho no desmantelamento dessas plataformas de petróleo – quando ficam obsoletas e não servem mais à exploração de óleo e gás, elas têm que ser desmontadas corretamente para que seus componentes possam ser reaproveitados. A atividade ainda é pouco regulamentada no Brasil, mas a demanda tende a aumentar nos próximos anos, em todo o mundo.

Já existem empresas em processo de credenciamento e certificação junto aos órgãos que regulam esse trabalho em algumas regiões. “Muitos países já observam uma procura crescente por um desmantelamento correto, sustentável e ambientalmente seguro das estruturas de exploração de petróleo e gás. É uma grande oportunidade para nós”, destaca Branco.

Os estaleiros que ficaram ociosos ainda podem ser convertidos para fazer reparos em embarcações mercantes – outro filão que está na mira da gestão municipal de Rio Grande. Com espaço e infraestrutura compatível, o complexo de construção naval da cidade pode fabricar ou reparar embarcações para outras atividades ma-

rinhas que não sejam a exploração de óleo e gás. Alguns serviços do tipo já estão sendo feitos na área do antigo Estaleiro Rio Grande. “Nosso objetivo é encontrar alternativas à construção naval, para aproveitar todo o ativo que temos instalado. Ainda temos potencial para beneficiar uma quantidade enorme de aço, o que abre muitas possibilidades”, comenta o prefeito.

Além de buscar investimentos, Branco comenta que tem percorrido os gabinetes em Brasília com o objetivo de sensibilizar as lideranças para a importância de estimular a indústria naval brasileira, recuperando os polos desativados não somente em Rio Grande, mas em outras regiões costeiras que tiveram suas atividades interrompidas pelo fim dos contratos com a Petrobras. De acordo com o prefeito, uma das expectativas é que a Petrobras volte a contratar os estaleiros brasileiros de maneira indireta, para a fabricação de componentes das plataformas. Isso, no entanto, é uma medida apenas paliativa, já que a solução para a retomada sustentável da indústria de construção naval nacional é o retorno de uma política de conteúdo local – através da qual a própria Petrobras, suas subsidiárias e demais empresas privadas que explorem petróleo e gás em águas brasileiras devem contratar um percentual mínimo de insumos e bens fabricados no país. “Estamos trabalhando junto com outras cidades para que o governo federal compreenda que o petróleo precisa ser aproveitado para desenvolver o Brasil. Para incentivar a indústria e gerar desenvolvimento, emprego e renda, é fundamental uma política pública clara e perene de conteúdo local”, salienta Branco.

CULTURA E TURISMO IMPULSIONAM CRESCIMENTO ECONÔMICO

Fundada em 1737, Rio Grande é a primeira cidade do Rio Grande do Sul. No Centro Histórico, o velho casario e a Catedral de São Pedro, ícone da arquitetura colonial, são os testemunhos da época em que portugueses e espanhóis disputavam com afinco o território que era o último porto marítimo antes de Colônia do Sacramento. O local é uma península espremida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, que no início do século 20 foi palco de uma das maiores obras de engenharia do mundo, a construção dos Molhes da Barra, dois braços de pedra que avançam mar adentro para domar as instabilidades da foz da lagoa e facilitar o tráfego das embarcações.

Os Molhes da Barra são um cartão postal a ser explorado – hoje, não possuem infraestrutura turística e o acesso até lá é precário. “Acabamos de aprovar, com o governo do estado, um projeto de aproveitamento turístico dos Molhes, transformando o local em um ícone da cidade, junto com a Praia do Cassino”, explica Fábio Branco.

A gestão municipal busca parcerias para projetos de qualificação de outras áreas de interesses turístico, ambiental e cultural como o Porto Velho e o entorno do Mercado Público, e as áreas de reservas naturais, como a Ilha dos Marinheiros e o Banhado do Maçarico. Um convênio com o Ministério Público Federal, por exemplo, já está possibilitando a restauração integral de um dos mais antigos templos gaúchos: a Capela Nossa Senhora da Conceição, construída em 1785.

“Estamos buscando a profissionalização dos setores envolvidos no turismo. Também trabalhamos para desburocratizar e modernizar os serviços públicos do município, tornando a cidade mais atrativa para investimentos. Queremos, inclusive, introduzir os conceitos de empreendedorismo nas escolas, para que a cidade passe a incorporar essa mentalidade”, revela. A ideia é voltar Rio Grande para o que ele chama de “economia do mar”: as atividades industriais do porto se complementam com turismo, pesca, esportes náuticos e comércio. Esse processo não é só na economia, é no sentimento de pertencimento de cada pessoa que vive na cidade e que fará parte dessa transformação”, completa Branco.

Entenda o caso

Entre 2003 e 2004, a lei que determinava o destino dos recursos do Fundo da Marinha Mercante foi alterada, possibilitando o uso de um enorme montante de recursos no financiamento de estaleiros e na construção de plataformas de petróleo que seriam adquiridas pela Petrobras para a exploração do pré-sal. Mais ou menos na mesma época, os percentuais do chamado conteúdo local, ou seja, da exigência de insumos feitos no Brasil para a exploração de óleo e gás, pularam de quase zero para mais de 80% em dois anos. Foi o pontapé inicial para a instalação de polos de construção naval em diferentes estados. Entre eles, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Consórcios de empresas se formaram para construir os estaleiros e, depois, para neles construir as plataformas de petróleo e as embarcações de apoio off-shore contratadas pela Petrobras.

Em 2005, a fusão das empresas Queiroz Galvão, Ultratec e Iesa, criada especialmente para operar no ainda embrionário polo naval de Rio Grande, deu origem à Quip, que fechou com a Petrobras um contrato para a construção da P-53, primeira plataforma a sair do polo naval gaúcho. No ano seguinte, começou a construção do maior dique seco do hemisfério sul. Erguido para construir oito cascos replicantes (chamados assim em função do projeto, que é replicado no estaleiro para construir estruturas idênticas), o Estaleiro Rio Grande nasceu com um contrato de US\$ 3,5 bilhões. Era o maior do tipo na história, nenhuma outra empresa do mundo havia assinado contrato semelhante.

A partir de 2014, uma série de problemas como atrasos nas entregas e pedidos de aditamento dos contratos fizeram com que a indústria de construção naval brasileira começasse a perder espaço. Uma crise sem precedentes no setor petrolífero global fez o preço do barril despencar no mercado internacional, o que desvalorizou a Petrobras, comprometendo a capacidade de investimentos da estatal. Nos anos seguintes, a operação Lava Jato chegou a algumas das empresas que atuavam no polo naval de Rio Grande, gerando complicações para a obtenção de crédito e para a concretização de novos contratos. A pá de cal definitiva, porém, veio com a decisão da Petrobras de cancelar os contratos vigentes, passando a adquirir as plataformas de exploração de petróleo de estaleiros da Ásia. O governo federal reviu a política de conteúdo local, reduzindo drasticamente os percentuais exigidos, possibilitando que as plataformas e as demais embarcações de apoio off-shore fossem importadas ou alugadas por operações de *leasing*. Desde 2016, grande parte das estruturas dos estaleiros está ociosa.

O caminho da publicidade dentro da esfera pública

POR NICOLE ANGEL

Até recentemente, não havia regulamentação legal específica para licitação e contratos públicos de publicidade. Esses serviços, como quaisquer outros, estavam sujeitos à Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, 8.666/93. Em 2010, porém, foi publicada uma lei que dispõe sobre a licitação e contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda.

Mas como funciona essa contratação? O advogado e especialista em direito publicitário, Edvaldo Costa Barreto, explica os processos licitatórios e os procedimentos de contratação de agências de publicidade dentro da esfera pública.

Revista VOTO – Como funciona a questão da publicidade na esfera pública?

Edvaldo Barreto – Dois pontos precisam ser destacados: o primeiro é o tipo de publicidade. Na administração pública, é a chamada publicidade governamental, e ela se difere da publicidade mercadológica, aquela que as empresas fazem para vender seus produtos. A publicidade governamental não tem nada a ver com isso. E ela se subdivide em institucional e utilidade pública. A institucional é quando as entidades ou órgãos públicos fazem divulgação de si mesmos. Por exemplo, quando o Ministério da Comunicação faz uma prestação de contas do que foi feito. Já a publicidade de utilidade pública é aquela em que há um comando para a população. Por exemplo: campanha de vacina contra Covid-19, que induz a população a se vacinar. Então esse tipo de publicidade é a de utilidade pública, porque você não está falando do ente, daquele ministério, daquele órgão, mas trazendo um comando para o interlocutor. De forma bem geral, isso é a publicidade no âmbito do poder público.

Revista VOTO – Existe uma lei que regulamenta essa contratação de publicidade?

Edvaldo Barreto – Toda contratação do poder público tem que ser precedida de uma licitação. Há uma lei que vigorou até esse ano, quer dizer, ela

Foto: Ab&DF/Diveigaria



ainda vai continuar vigorando durante dois anos, que é chamada Lei 8.666/1993, que está sendo substituída pela Lei 14.133/2021. Então essas leis são as que tratam das normas gerais de licitação. Só que depois que ocorreu o mensalão, lá em 2005 – em que os contratos de publicidade foram o epicentro do julgamento –, começou a ser gestada no âmbito do Congresso uma nova lei, especificamente para tratar da publicidade. E em 2010 vem a Lei 12.232/2010, que é apartada da Lei 8.666/1993, específica em relação a ela, que traz regras próprias

da contratação de publicidade. E por que isso? A ideia do legislador foi trazer mais imparcialidade na contratação e se adequar à realidade do serviço de publicidade, que é um serviço eminentemente criativo; e é essa criação que deve preponderar pela lei. E essa lei inovou por completo a seleção das agências e a execução do contrato. Há muitas diferenças nesse novo regramento. A primeira delas, que eu acho a mais importante, é que as propostas apresentadas pelas agências, são julgadas às cegas, ou seja, sem identificação.

Revista VOTO – Como funciona esse julgamento às cegas?

Edvaldo Barreto – Um ministério abre uma licitação para contratar duas ou três agências de publicidade, que é possível, a lei permite, e aí participam umas 15 agências. Elas montam uma campanha a partir do que foi passado no edital, mas sem qualquer identificação. Os documentos, a chamada proposta técnica, são encaminhados para uma subcomissão técnica, que é uma comissão especializada, diferente da comissão de licitação, normal, que vai fazer esse julgamento. E ela julga sem saber quem está julgando. Essa subcomissão julga propostas anônimas, apócrifas, sem assinatura. A ideia disso foi trazer imparcialidade. Se eu não sei quem eu estou julgando, não posso beneficiar determinada pessoa.

Revista VOTO – É especificado em cada edital o que as agências vão precisar fazer, quais serão as demandas?

Edvaldo Barreto – Não, e essa é uma peculiaridade. Vou dar um exemplo prático de como funciona esse processo de contratação e demanda: digamos que exista um edital para contratar três agências de publicidade e esse órgão ou entidade tem uma verba de R\$ 460 milhões. As agências vencedoras assinarão um contrato e a partir dali elas serão demandas pela Secretaria de Comunicação do órgão ou entidade. Surgiu a demanda de uma campanha específica, aí cada uma das agências apresenta sua campanha, há uma concorrência interna e seleciona-se a melhor agência. Depois disso é estabelecida a verba disponível para aquela campanha, mas dentro daquele valor total da licitação. E o valor disponível não quer dizer que será todo executado, ou seja, ele vai ser distribuído campanha a campanha e entre as agências que vão sagrando-se vencedoras no certame. Apesar de ser um valor volumoso, não é exclusivamente para uma agência. Vence a pre- valência, a meritocracia. Aquela que apresenta a



Toda contratação do poder público tem que ser precedida de uma licitação.

melhor campanha na concorrência interna, leva. E tem outro ponto: esse valor não é remuneração da agência. A maior parte desse valor vai para os veículos de comunicação como revistas, canais de televisão, rádios, etc. As agências ganham apenas o remanescente, ou seja, um valor sobre isso.

Revista VOTO – Quais medidas são tomadas com as empresas que não entregam aquilo que está previsto, ou seja, não atendem às demandas?

Edvaldo Barreto – O contrato tem a validade de um ano e pode ser prorrogado. Quando a agência é ineficiente, a depender dos atos que ela pratica, pode ser punida, receber advertência, suspensão e até rescisão do contrato, a depender da situação ao longo desse ano de vigência. Uma outra opção também é que, se a agência não atender as expectativas, ela pode não ter o seu contrato renovado. A renovação dos contratos ocorre com certa tranquilidade e é comum que sejam renovados até o prazo de cinco anos. Mas se uma agência é deficitária, ineficiente, ela pode não ter o seu contrato renovado, findo aquele prazo lá de um ano, além das sanções. E existem algumas sanções específicas que impedem essas agências de celebrarem novos contratos e participar de novas licitações pelo período de um ano.

Revista VOTO – Quanto o mercado publicitário movimentado no âmbito do poder público?

Edvaldo Barreto – Por ano, é um montante superior a R\$ 2 bilhões, isso só falando do governo federal, se a gente considerar as entidades, ou seja, as empresas públicas, as economias mistas. Se a gente considerar os estados e municípios que também fazem licitações de publicidade, esse valor aumenta, e muito. Então, realmente são valores muito expressivos e por isso chamam tanta atenção nesse mercado.



Fernando Schüler participa de Round Table do Grupo VOTO

Os riscos políticos do Brasil, com Fernando Schüler

VOTO REALIZA ROUND TABLE COM O CIENTISTA POLÍTICO, EMPRESÁRIOS E PARCEIROS DO GRUPO

POR RAIANE GONOLI

O mestre em ciências políticas, doutor em filosofia, colunista da Revista Veja e comentarista da Band TV, Fernando Schüler, foi o convidado especial do jantar Round Table, realizado pelo Grupo VOTO em 16 de setembro.

Com o tema “Uma análise dos riscos políticos do Brasil”, o encontro exclusivo para parceiros e associados aconteceu em São Paulo (SP) e reuniu grandes nomes do empresariado brasileiro, que tiveram a oportunidade de participar do debate com um dos maiores pensadores do país. Dentre eles, Luiz Fernando Barbosa, da EMS Farmacêu-



Washington Cinel, Andrea Muniz, Karim Miskulin, Laura Regenin, Roberto Vilela, Marina Willisch e Bruno Padredi



Dennis Rolim, da Duodoctor, e Luiz Fernando Barbosa, da EMS Farmacêutica



Karim Miskulin e Welder Peçanha, da Vivante



Gislaine e Nicolas Toth, do Grupo BrazilH2 e Sharecare Brasil



Osvaldo Correa Neto e Alexandre Annunziato, da Neobetel

tica; Andrea Muniz, da InService Facility; Washington Umberto Cinel, da Gocil; Gislaine Toth, da BrazilH2; Nicolas Toth Júnior, da Sharecare Brasil; Welder Peçanha, da Vivante; e Márcio Moraes, do Tchibo Cuccina Restaurante e Eventos; entre outros convidados ilustres.

Na ocasião, Schüler expôs sua visão crítica sobre os principais fatos da política brasileira, desde o rompimento da letargia entre os três poderes nos últimos meses, a aprovação de medidas importantes do governo, até a largada da corrida eleitoral para 2022, entre outras pautas relevantes.

Em sua análise, ele fez uma comparação com outros países da América Latina que passaram por graves crises políticas recentemente. Caso do Chile, com o estremecimento na relação entre seus poderes provocado por confronto do presidente Sebastián Piñera com o Congresso em torno do novo saque de fundos de pensão; e da Bolívia, após a prisão de sua ex-presidente Jeanine Áñez por suspeita de golpe de estado contra Evo Morales, em 2019. “O que se passa no Brasil hoje não é muito diferente do que se passa em muitas outras democracias. Apesar dos alarmistas, somos um país normal”, ressaltou Schüler.

Já em relação às recentes manifestações pró-governo, ocorridas no último feriado da Independência do Brasil (7 de setembro), em vários estados, o filósofo destacou o momento

como algo inédito no país – o povo ir às ruas para manifestar apoio a um governo, especialmente de forma pacífica.

Entre outras análises acerca do cenário político e eleitoral, Fernando Schüler também alertou sobre os riscos de estarmos voltando à “censura prévia” no Brasil, em referência às prisões de influenciadores bolsonaristas acusados de disseminar fake news.

CONHECIMENTO COMO PODER DE TRANSFORMAÇÃO

Um dos diferenciais do Grupo VOTO, o Round Table acontece rotineiramente, com as principais figuras políticas e econômicas do país. A ideia é promover encontros em que os convidados tenham acesso a análises aprofundadas e avaliações sobre cenários futuros para que possam tomar as melhores e mais assertivas decisões em seus negócios.

Para Karim Miskulin, CEO do Grupo VOTO, essa edição foi realizada em momento propício. “A data para a realização desse debate não poderia ser mais oportuna, com manifestações e as pessoas na rua. Com isso, a ideia é levar uma visão isenta e apartidária de um estudioso do assunto sobre a situação de nosso país”, afirmou.



Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque é recebido por Karim Miskulin em evento do Grupo VOTO

Avanços no setor de energia brasileiro

POR NICOLE ANGEL

O Grupo VOTO realizou também um Round Table com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ao lado de representantes empresariais. Durante o encontro, ocorrido em 7 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ), o ministro trouxe um panorama sobre as políticas econômicas para o Brasil, além de falar sobre as perspectivas para o setor, como as medidas de combate à escassez hídrica. “Costumo dizer que o nosso setor elétrico é bastante robusto e profissional. O risco de racionamento é zero, coisa que a gente não tem visto ao redor do mundo. A China está fazendo racionamento, e a Califórnia

também teve racionamento. E nós não vamos ter racionamento em 2021”, destacou.

De acordo com Albuquerque, a ideia é que, em 2022, o Brasil também tenha condições de evitar o racionamento de energia e nova alta da conta de luz, trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia ao longo deste ano. “Um exemplo disso é o leilão emergencial simplificado de reserva de capacidade, que dará condições ao Operador Nacional do Sistema de ter potência suficiente em caso de necessidade. Por conta disso, a nossa energia ficou mais cara, mas a energia mais cara é aquela que você não tem. Obviamente, estamos trabalhando para que ela fique mais barata ao longo do tempo, através de uma matriz elétrica equilibrada”, ressaltou.



Bento Albuquerque fala a empresários no Round Table, promovido pelo Grupo VOTO



Karim Miskulin abre o Round Table com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e líderes empresariais



Marina Willisch e Adriano Barros, da General Motors, com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque



Pedro Moreira e Marco Siqueira, da OEC Engenharia, Fábio Gandolfo, da Novanor, e Cláudio Medeiros, da OEC Engenharia, prestigiam o Round Table com o ministro Bento Albuquerque



Luiz Fernando Barbosa, da EMS Farmacêutica, e Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia

O ministro também falou sobre os novos investimentos em fontes de energia elétrica e fez um balanço sobre os avanços do setor nos primeiros mil dias de governo, completados na última semana. “Desses mil dias, nós trabalhamos 600 deles em meio à pandemia. Mesmo assim, no setor elétrico, tivemos grande expansão através de oito leilões de geração de energia e três de linhas de transmissão”, disse.

Bento Albuquerque explicou ainda que, dentre outros feitos do governo federal, o setor elétrico teve um deságio médio de 50%, R\$ 40 bilhões em investimentos contratados, investimentos de 11 países e a aprovação no Congresso Nacional de cinco medidas provisórias.

PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM

O Round Table é um evento exclusivo para associados do Grupo VOTO/Clube VOTO. Debates como esse são fundamentais e acontecem com grande frequência, trazendo figuras de relevância política e econômica do país, com o intuito de levar análises pertinentes e projeções para que os associados tomem as decisões mais acertadas nos seus negócios.

Entre em contato com nossa equipe comercial e associe-se para participar das próximas edições do evento!



Karim Miskulin, CEO do Grupo VOTO, e Rodrigo Garcia, vice-governador de São Paulo

Vice-governador de São Paulo fala sobre potencial financeiro para empresários

EM EVENTO DO GRUPO VOTO, RODRIGO GARCIA RESPONDEU A PERGUNTAS SOBRE ELEIÇÕES, CRISE HÍDRICA E INVESTIMENTOS EM PESQUISA

DA REDAÇÃO

EM mais um evento Brasil de Ideias, realizado pelo Grupo VOTO no dia 25 de outubro, o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, falou sobre o papel do estado na competitividade brasileira, eleições e crise hídrica, entre outros assuntos de relevância nacional.

Ao abrir o almoço, que aconteceu no restaurante Cantaloup, no Itaim Bibi, bairro da capital paulista, Garcia falou um pouco sobre sua expe-



Stéphane Engelhard, vice-presidente do Carrefour Brasil



Max Trevizan, da RV Ímola Logística, Karim Miskulin e Adriano Barros



Célia Parnes, secretária de Desenvolvimento Social de São Paulo, e Marina Willisch, CEO da General Motors



Célia Parnes, secretária de Desenvolvimento Social de São Paulo, com a anfitriã



Rodrigo Garcia, vice-governador de São Paulo, e os sócios Karim Miskulin e Klécio Santos



Empresários e autoridades reunidos em almoço com o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia

riência na área pública e a trajetória da gestão do governador João Doria até o momento. Ele citou um rígido controle nas contas públicas, um amplo programa de concessões e a reforma da Previdência como pontos fundamentais para o estado de São Paulo continuar crescendo.

Os desafios impostos na pandemia também foram citados. Por fim, o vice-governador elencou as áreas em que o atual governo estadual vai focar nesse último ano. “Estamos centrados em três pontos. O primeiro é a saúde, por meio de mutirões do que ficou represado e construção de hospitais, entre outras séries de ações. O segundo é a proteção social, por meio, entre outros, do Programa Bolsa Povo, do Vale Gás e da entrega de absorventes íntimos para meninas. E o terceiro é o Pró-SP, que engloba um volume enorme de infraestrutura”, destacou ele.

Ao responder as perguntas dos participantes, Garcia disse que São Paulo não sofrerá as conse-

quências da crise hídrica no próximo período de estiagem, por ter feito investimentos prévios em duas grandes obras. O vice-governador falou ainda sobre a despoluição do Rio Pinheiros e investimentos nas áreas de TI e de pesquisa.

Por fim, sobre a possibilidade de uma terceira via nas eleições presidenciais de 2022, Rodrigo Garcia, que é pré-candidato do PSDB ao governo paulista, defendeu o nome de Doria como melhor opção.

Ao final do evento, Karim Miskulin, CEO do Grupo VOTO, lembrou que o Brasil de Ideias tem as portas abertas para políticos de todos os partidos, sempre com a missão principal de unir o centro do poder com a elite empresarial. “Para que o Brasil possa avançar nas reformas que precisa e, principalmente, para fornecer subsídios com responsabilidade, possibilitando que a gente construa o país que a gente quer”, afirmou.



**Força feminina para
combater a violência
contra a mulher**

Foto: Rafael Siqueira

POR PATRÍCIA LIMA

Foi durante a pandemia que a promotora de Justiça do Estado de São Paulo, Gabriela Manssur, encontrou o ambiente ideal para concretizar um sonho que vinha sendo gestado há anos. Em quase duas décadas de Promotoria, Gabriela se deparou com um sem-número de casos de agressões, sequestro, ameaça e todo tipo de violência psicológica contra mulheres de diferentes regiões, condições financeiras e níveis de escolaridade. Perdeu algumas mulheres, em quem a Justiça não pôde chegar a tempo, nem com eficiência. E foi pela experiência amarga de ter visto algumas serem mortas que essa paulistana de 47 anos percebeu o tamanho do problema. A pandemia, que fez explodir os casos de violência doméstica em todo o mundo, também trouxe o cenário ideal para ajudar Gabriela Manssur a tirar seu sonho do papel.

As mulheres estavam confinadas em casa com seus agressores. Era preciso agir. Assim nasceu o Projeto Justiceiras, uma organização independente de governos que reúne voluntárias de todas as áreas, desde o Direito, passando por profissionais da Saúde e da Psicologia, até o acolhimento das vítimas de violência e que precisam de socorro. O objetivo é fazer o primeiro atendimento de forma online, orientando e encaminhando os casos para a Justiça. O projeto é presidido pelo Instituto Justiça de Saia, fundado pela própria Gabriela, e pelos Institutos Bem Querido Mulher e Nelson Wilians. Hoje, são cerca de 8 mil voluntárias espalhadas pelo Brasil, atendendo as mulheres que buscam uma saída para escapar do horror.

Muitas recorrem ao time de Gabriela antes mesmo de chegar às delegacias ou aos serviços de saúde. Com a ajuda da equipe, ganham o encorajamento necessário para denunciar e romper o ciclo macabro em que vivem. Desde o início do projeto, mais de 7 mil mulheres já foram acolhidas. “O projeto Justiceiras nada mais é do que um canal que ampliou o acesso da mulher que sofre violência ao sistema de justiça, oferecendo apoio multidisciplinar online para as vítimas e conectando mulheres de todo o Brasil e do mundo”, explica.

Maria Gabriela Prado Manssur tem o Direito correndo nas veias. Filha de advogados, ela cresceu cercada por manuais, códigos e processos. Viu a mãe se formar e abrir o escritório de advocacia já madura, depois de ter tido os quatro filhos. Desde muito cedo fez a opção pelo serviço público, na Promotoria, ao invés de seguir os passos dos pais no Direito privado. Já nos primeiros dias como promotora, encarou a face cruel do machismo estrutural que, segundo ela, é a causa da tragédia da violência doméstica no Brasil. Seu nome ficou

“

Não importa ser de direita ou esquerda, a violência política contra as mulheres pode atingir qualquer uma.

mais conhecido em todo o país pela atuação no Caso João de Deus, em 2018. Gabriela coordenou a força tarefa do Ministério Público de São Paulo que acolheu e ouviu as vítimas que o abusador fez ao longo de décadas. “Cheguei a receber mais de 200 denúncias por e-mail. Muitas vezes chorei com as mulheres”, disse Gabriela à época. Porém, mesmo antes do caso mais famoso, já atuava diretamente nos processos de violência doméstica. Por oito anos, foi promotora do júri de feminicídios, e ainda hoje segue atuando majoritariamente em casos que envolvem mulheres agredidas.

Além de ter influenciado diretamente na vida de milhares de mulheres, a atuação de Gabriela já motivou a aprovação de leis e projetos em âmbitos municipais e estaduais, contribuindo para, aos poucos, mudar a cultura machista que está na origem da violência. Um dos principais é o projeto Tempo de Despertar, que prevê a ressocialização de agressores, se transformou em lei no município de São Paulo, em 2017. Agora, Gabriela trabalha para aumentar a presença feminina nos espaços de poder, principalmente na política. Busca debater o tema da “violência política”, que é o constrangimento ou o silenciamento das mulheres nos parlamentos e nas estruturas públicas de governo. “Não importa ser de direita ou esquerda, a violência política contra as mulheres pode atingir qualquer uma, pois não tem como motivação a ideologia política, o partido, a religião, a classe social, mas o fato de serem mulheres”, aponta.

Com quase 94 mil seguidores em seu Instagram, a promotora usa a internet basicamente para divulgar o projeto Justiceiras e encorajar mulheres a buscar atendimento e justiça em caso de violência doméstica. Costuma frisar que nenhuma é vítima de feminicídio de um dia para o outro – os abusos, agressões e ataques surgem em escalada, com o tempo, minando a capacidade de julgamento e reação. Por isso, uma rede de apoio como o Justiceiras é tão importante. Em seus posts, também compartilha conteúdos de encorajamento e de exemplos de mulheres que enfrentam o machismo. E sempre termina suas falas ressaltando as mensagens que considera mais relevantes: “Quem salva uma, salva todas” e “Lugar de mulher é onde ela quiser”.

Foto: Divulgação



Um brinde ao planeta!

Não é de hoje que alguns consumidores no mundo inteiro estão buscando produtos mais sustentáveis, ou seja, aqueles que consideram os impactos socioambientais em sua cadeia produtiva. No setor de alimentos e bebidas não é diferente. Segundo estudo realizado pela Economist Intelligence Unit (EIU) a pedido da World Wide Fund for Nature (WWF), as pesquisas na internet por produtos sustentáveis cresceram 71% nos últimos cinco anos. O levantamento envolveu 54 países (onde vive 80% da população mundial), no período entre 2016 e 2020.

Nesse cenário de mudanças, as empresas de vinhos estão procurando diversas alternativas de cultivo sustentável e práticas de vinificação com menos impacto. Há algumas décadas, a ascensão dos vinhos orgânicos já é notável em muitas cadeias de varejo ao redor do mundo. Uma pesquisa realizada pela Millésime Bio, feira dedicada ao vinho orgânico, diz que em 2018 esse tipo de vinho representou 2,6% do consumo global da bebida, e espera-se um aumento de 3,5% até 2023. Em 2013, representava apenas 1,5%.

Um vinho, para ser orgânico – como os demais produtos com essa rotulagem –, tem que ser produzido sem o uso de agrotóxicos (pesticidas, fertilizantes, herbicidas e outros aditivos químicos prejudiciais à saúde).

No geral, existem regiões no mundo que apresentam climas e condições favoráveis para o cultivo de uvas orgânicas e outras regiões que já têm mais



dificuldade, uma vez que as chuvas podem criar ambientes úmidos propícios para disseminação de pragas na videira e, portanto, mais difíceis de se controlar sem pesticidas.

No mundo, existem centenas de certificações para produtos orgânicos. Na Europa, eles são conhecidos como biológicos.

O que poucos sabem é que, além do vinho orgânico, existe também o vinho biodinâmico (não confundir com biológico). A agricultura biodinâmica é uma abordagem espiritual-ético-ecológica. Ou seja, o vinho biodinâmico é feito com um conjunto de práticas agrícolas que veem a fazenda ou a vinha como um único organismo. O biodinamismo foi criado por Rudolf Steiner, filósofo austríaco que também fundou a pedagogia Waldorf. Steiner considera que o posicionamento da lua e do sol tem influência no cultivo. Além disso, também são utilizados nas

plantações preparados homeopáticos, feitos com plantas medicinais, esterco e cristais. Para o biodinamismo, o ecossistema opera como um todo, com cada porção da fazenda ou vinha contribuindo para seu funcionamento. A ideia é criar um sistema autossustentável.

Grandes marcas de vinho no mundo cultivam suas uvas de forma biodinâmica, mas não fazem disso um marketing, uma vez que o assunto pode também atrair abundantes críticas. Muitos tiram a certificação “Demeter” provando que são biodinâmicos, mas não comunicam o fato externamente. O Champagne Cristal da Maison Louis Roederer ou até mesmo o aclamado Romanée Conti da Borgonha são bons exemplos de vinhos feitos de forma biodinâmica, há décadas.

Nesse contexto de vinhos orgânicos e biodinâmicos, estão também os vinhos naturais ou conhecidos como vinhos de baixa intervenção. Embora a definição de vinho natural seja ainda um pouco controversa, já que não existem muitas certificações para essa categoria, há um ponto-chave que é amplamente aceito entre boa parte dos produtores: a uva deve vir de vinhedos cultivados organicamente ou pelo menos de modo sustentável. Normalmente, o vinho natural é produzido em pequena escala, usando técnicas tradicionais de vinificação (como nossos avós costumavam produzir), ao invés de técnicas industriais. As leveduras são indígenas, e a não adição de sulfito é primordial para muitos produtores. Em 2020, a França foi o primeiro país a criar um certificado padrão para esse tipo de vinho – o “Vin Méthode Nature”, a primeira certificação global para vinhos naturais.

A luta a favor do meio ambiente não para por aí, não. Marcas engajadas vão além quando o assunto é sustentabilidade. Empresas famosas pela visão a longo prazo e por ter ações sustentáveis, como a Família Torres (Bodega Miguel Torres), na Espanha, ou o grupo Fladgate, em Portugal (Taylor’s, Fonseca e Croft), são responsáveis por discussões e ações focadas nas mudanças climáticas globais. Nesse contexto, nasce uma pequena empresa que é gigante quando o assunto é sustentabilidade: a Ethic Drinks.

A WWF elegeu a Ethic Drinks como empresa que empreende a favor do planeta. Com o slogan “Um brinde ao planeta”, a companhia tem o propósito de sustentabilidade desde o cultivo das uvas até a produção, engarrafamento e distribuição dos vinhos. A partir de sua criação, ela se propõe a entregar o que é mais benéfico ao meio ambiente mundial por meio de práticas certificadas por entidades como a Forest Stewardship Council (FSC) e a WWF.

Trazendo o viés social para as finanças, a Ethic Drinks adotou o programa “1% for the Planet”, que destina doações de empresas para organizações em prol do meio ambiente. Ou seja, 1% do lucro da Ethic Drinks é doado ao planeta.

Os vinhos dessa pequena empresa são resultado de uma parceria com vinicultores franceses que compactuam com o propósito e a filosofia de produção low impact, com responsabilidade ecológica. Todas as embalagens são recicláveis e livres de plástico e carbono. As cortiças são produzidas por um método certificado pela FSC com cola natural, que garante o cumprimento de exigências ambientais. Com essa inovação, as garrafas são leves, mais simples e práticas de transportar. A marca trabalha com o conceito de crédito de carbono, ou seja, quando há emissão de carbono por parte da empresa, essa emissão é compensada com o plantio de árvores. Além disso, dentro da Europa, todo o transporte é feito por meio de trens e navios movidos a bioetanol (combustível feito de destilado de uva). Todos os rótulos da Ethic Drink são veganos, ou seja, os vinhos são produzidos sem a utilização de produtos de clarificação de origem animal.

Já deu para perceber que casos como o da Ethic Drinks e de muitos outros indicam só o começo de uma revolução no mundo dos vinhos – dos orgânicos, biodinâmicos, naturais e 100% sustentáveis. Quem agradece são as gerações que habitarão o planeta no futuro. Cabe a nós, consumidores, sermos vigilantes em relação ao que compramos e divulgamos. Marcas que pensam no meio ambiente não necessariamente são orgânicas, assim como há vinhos ditos orgânicos que são fraudes (utilizam artifícios mais nocivos para o ecossistema). Devemos conhecer o que consumimos e divulgar o que é bom.

Convido todos vocês para um brinde ao nosso planeta com vinhos que fazem o bem.

KARENE VILELA

Enófila por paixão, Karene Vilela (@kvilela) é publicitária formada pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Imersa nos vinhos pela ABS (Associação Brasileira de Sommeliers) e Sommelier formada pela Court Master Sommelier (@court_of_ms_europe). É detentora do título Dip WSET (Nível 4 da escola Wine & Spirit Education Trust @wsetglobal), certificada pela Wine Scholar Guild (FWS/IWS/SWS) e CEO da Portus Cale (@portuscalevinhos). Além disso, é sócia idealizadora do projeto Got Wine? (@gotwinesp e educadora da Wset na The Wine School Brasil (@thewineschoolbrasil)

A casa encantada



POR JU NAKAD

OS raios de sol daquela manhã pareciam mais brilhosos, os tons de verde se juntavam à vibrante cartela de cores dos Jardins de Burle Marx e, ao passarmos por uma ponte vermelha, dois cisnes negros nos deram as boas-vindas. Assim nasceu uma nova paixão na minha vida: a Casa Marambaia.

Inaugurada há menos de um ano, a Casa Marambaia virou o refúgio queridinho dos cariocas que buscam sossego com sofisticação. A uma hora e meia do aeroporto de Santos Dumont (RJ), também é uma excelente opção para quem vem de fora do Rio. A propriedade é cravada na serra fluminense, mais precisamente em Corrêas, distrito de Petrópolis, a quinze minutos do centro comercial da cidade.

Transformado em hotel boutique, o antigo casarão de 1947 pertenceu à Odete Monteiro e foi palco de encontros da alta sociedade e celebridades internacionais. Sob a gestão da Promenade Hotéis e associado ao Circuito Elegante, são possui oito suítes debruçadas às exuberantes cordilheiras da Serra dos Órgãos que contornam a propriedade. *Os amenities* são da Bulgari, e a decoração dos quartos, em tons pastéis – somados a escrivatinhas de época e macios lençóis de algodão egípcio, garantem o relaxamento que tanto buscamos. Sem falar nos chinelos branquinhos com os nossos números nos esperando. Já logo pensei no novo conceito de “buyout”, que tanto cresce pós-pandemia, e deu vontade de fechar um grupo, reunir toda a família e reservar o hotel todo para brindar à vida.



Foto: Dweilgado

O hotel não tem uma recepção propriamente. Somos recebidos por amáveis funcionários como se fôssemos passar o fim de semana na casa de amigos.

Uma das apostas do grupo é a gastronomia. Os cardápios são assinados pela renomada dupla de chefs franceses Roland Villard e David Mansaud. Quem comanda diariamente essas delícias é a chef Bruna Mello – e podem ser apreciadas por não-hóspedes também. A proposta é oferecer uma culinária afetiva de inspiração franco-brasileira, com alma campestre. Sempre privilegiando os produtores locais com tudo fresquinho à mesa. Jamais esquecerei do “ovo parfait” que comi no jantar. Ele é misturado ao fondue de queijo serrano e pesto de ervas frescas é de deixar na memória gustativa para sempre!

A adega subterrânea é um capítulo à parte. Parece que estamos num cenário de filme. Uma grande mesa para até 14 pessoas, com mantinhas para aquecer, é um convite a uma experiência de jantar harmonizado a oito passos. Importante reservar com antecedência e combinar com o chef a escolha dos vinhos e as restrições alimentares.

Outro destaque exclusivo é o “Jantar Imperial”, que acontece uma vez por mês às sextas-feiras (consulte a programação) com menus inspirados nos banquetes outrora realizados por Dom Pedro II. É para sentir-se parte da história do Brasil.

Passear pelos ambientes da Casa Marambaia é respirar arte e cultura. O mobiliário da década de 50 continua na casa misturados a móveis de cura-

doria do Empório Maria Maria, da arquiteta Claudia Aguiar. O ambiente do bar e sala de estar, conta com uma linda mesa de sinuca, rodeada por clássicos papéis de parede em contraste com estofados de animal print. Entre livros, lustres franceses e estátuas de bronze nos deparamos com belos arranjos e orquídeas colorindo cada canto. Por falar em flores, o espaço externo ao restaurante tem um pequeno e perfumado lavandário. Lindo, lindo!

Uma poesia também é o lago com patos, marrecos e dois cisnes negros que gostam de se aproximar e interagir com a gente. A cenografia de cinema fica por conta da diversidade dos jardins projetados por Burle Marx. Um privilégio aos olhos! O artista também deixou para nossa apreciação um painel de azulejos onde futuramente será parte do spa by L’Occitane.

A antiga fazenda agora tem fitness center, quadras de tênis, uma linda piscina e quilômetros de trilhas para bicicleta, caminhada ou cavalgada. Para quem ama experiências diferentes tem observação guiada de pássaros e constelações e piquenique com degustação de frios aos pés das Cordilheiras da Serra dos Órgãos. E para os dias frios, cadeiras ao redor da fogueira são o convite para papear com um bom vinho.

Acho que deu para entender por que a casa encantada, ops, a Casa Marambaia gerou um burburinho no Rio de Janeiro, não é?

Confira todos os detalhes dessa estadia no Instagram @natripdaju.

Foto: Jefferson Bernardes



Quanto vale a vida humana

Foto: Divulgação



A Netflix está mostrando o filme *QUANTO VALE? (WORTH)*, que a cineasta e roteirista americana Sara Colangelo fez a partir do trabalho do advogado Ken Feinberg (um ótimo Michael Keaton), a pessoa escolhida pelo governo americano para conduzir as negociações com as famílias das vítimas do Onze de Setembro.

Depois da tragédia, as negociações com os familiares foram centralizadas num grupo liderado por Feinberg, com o objetivo de evitar milhares de processos judiciais intermináveis, acelerando os acordos e os pagamentos aos parentes enlutados.

Vinte anos depois do 11/09, foi a primeira vez que vi este tema enfocado num filme. A narrativa é muito impressionante. Cada família tinha um drama com suas características próprias. Mais do que a necessidade financeira de reparação estava a de serem ouvidos e minimamente poderem contar a história de suas vítimas da tragédia.

“

As questões abordadas são muito relevantes e transcendem o jurídico.

O elenco é primoroso. Além de Keaton, a sempre ótima Amy Ryan (uma das melhores atrizes de sua geração) pontifica como a advogada Camile Biros, uma espécie de grilo falante do chefe Feinberg. Ela propicia algumas das grandes cenas do filme. Ainda tem o excelente Stanley Tucci (outro ótimo papel dele), Tate Donovan, Shunori Ramanathan, Talia Balsam (filha de Martin Balsam), Laura Benanti, Chris Tardio, Aton Blankson-Wood e Viktor Slezak.

O trio central – Michael Keaton, Amy Ryan e Stanley Tucci – dá um verdadeiro show de interpretação. Seus trabalhos estão entre os melhores que vi nos últimos anos.

Acho que a diretora Sara Colangelo foi muito feliz na forma que resolveu dar à trama. O filme é perfeito em contar sua história – originada em uma das maiores tragédias – de forma objetiva, humana, emocional e dinâmica, assegurando o interesse permanente do espectador, sem um só momento de tédio.

Claro que, para os advogados, o filme tem um interesse muito especial. A discussão sobre danos materiais e danos morais é primorosamente abordada.

Mas tenho certeza de que os não advogados vão gostar muito de *QUANTO VALE?*. As questões abordadas são muito relevantes e transcendem o jurídico. A vida de uma faxineira pode valer menos que a de um CEO de uma multinacional? A dor das duas famílias é mesmo diferente? Há discussões humanitárias e filosóficas maravilhosas bem desenvolvidas no filme.

Gostei demais de *QUANTO VALE?*. Nesta loucura de cada um pensando somente no seu problema, acho que esta história é, além de uma lição sobre perdas e danos, uma aula de filosofia de vida diante da adversidade extrema daquela catástrofe sem precedentes.

MARCO ANTÔNIO BEZERRA CAMPOS

Advogado e cinéfilo. Foi presidente do Clube de Cinema de Porto Alegre por 18 anos e é editor do Blog O Cinemarco (www.cinemarcoblog.net)



 Congelamos nossas taxas!

Adquira o seu imóvel com as melhores condições do mercado.

Com a linha de **crédito imobiliário** para aquisição ou construção, você pode financiar até 90% do seu imóvel residencial urbano, novo ou usado. **Prestações decrescentes** e prazo de financiamento de **até 35 anos**, possibilidade de **usar o seu FGTS** e taxas a partir de **6,99% a.a***.

* CET: 7,901061% / CESH: 1,813480% / Com base em um financiamento com valor de R\$ 300.000,00 e prazo de 180 meses. Idade do proponente 36 anos.

Tem Crédito Imobiliário em outros Bancos? Traga para o Banrisul!
Confira mais em banrisul.com.br/creditoimobiliario

      banrisul.com.br

 **Banrisul**

SAC: 0800.646.1515 | Deficientes Auditivos e de Fala: 0800.648.1907 | Ouvidoria: 0800.644.2200 | Deficientes Auditivos e de Fala: 3215.1068

Inteligência em comunicação para empresas,
órgãos governamentais e terceiro setor.

30 anos de
existência

Entre as 15
maiores do país

- » Relacionamento com a Mídia, Influenciadores, Formadores de Opinião e Produção de Conteúdo
- » Comunicação Corporativa
- » Comunicação Digital
- » Inteligência de Dados
- » Design e Audiovisual
- » Tecnologia em Comunicação
- » Análise e Monitoramento de Mídia e Presença Digital
- » Relações Públicas e Eventos



Equipe
multiprofissional



Sede em Brasília (DF)

Escritórios em São Paulo (SP),
Manaus (AM), São Luís (MA)
e Porto Alegre (RS)

Setor de Autarquias Sul Qd. 5,
Bl. N, Salas 901-921 - Ed. OAB
CEP: 70070-913 - Brasília/DF
Tel: (61) 2107.9300